

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2014 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas São Martinho S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado" ou "Grupo") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da São Martinho S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 16 de junho de 2014

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" Maurício Cardoso de Moraes Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Índice

Bala	anço patrimonial	2
Den	nonstração do resultado	4
Den	nonstração do resultado abrangente	5
Den	nonstração das mutações no patrimônio líquido	6
Den	nonstração dos fluxos de caixa	7
Den	nonstração do valor adicionado	8
1	Contexto operacional	9
2	Resumo das principais políticas contábeis	9
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	30
4	Gestão de risco financeiro	33
5	Instrumentos financeiros por categoria	43
6	Caixa e equivalentes de caixa	45
7	Contas a receber de clientes	46
8	Estoques	47
9	Tributos a recuperar	48
10	Partes relacionadas	49
11	Outros ativos	53
12	Investimentos	54
13	Ativos biológicos	58
14	Imobilizado	62
15	Intangível	65
16	Empréstimos e financiamentos	66
17	Fornecedores	69
18	Obrigações com a Copersucar	69
19	Tributos parcelados	71
20	Outros passivos	72
21	Patrimônio líquido	72
22	Plano de benefícios a empregados e administradores	77
23	Programa de participação nos lucros e resultados	77
24	Imposto de renda e contribuição social	78
25	Compromissos	81
26	Provisão para contingências	83
27	Instrumentos financeiros derivativos	86
28	Informação por segmento (consolidado)	93
29	Receitas	96
30	Custos e despesas por natureza	96
31	Outras receitas (despesas), líquidas	97
32	Resultado financeiro	98
33	Lucro por ação	99
34	Cobertura de seguros	100
35	Aquisição de participação societária – contas a pagar	100
36	Eventos subsequentes	101



Balanço patrimonial

		Controladora				Consolidado	
		31 de					
		março de	31 de março	1º de abril	31 de março	31 de março	1º de abril
ATIVO	Nota	2014	de 2013	de 2012	de 2014	de 2013	de 2012
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	542.917	479.631	288.554	551.359	531.141	295.776
Contas a receber de clientes	7	59.800	52.770	33.869	72.106	51.739	33.869
Instrumentos financeiros derivativos	27	33.553	79.232	10.283	33.553	79.232	10.283
Estoques	8	90.319	102.220	104.624	99.658	101.503	102.845
Tributos a recuperar	9	63.905	43.280	28.977	64.367	43.313	29.038
Imposto de renda e contribuição social	24	33.473	33.329	17.658	34.237	33.370	17.667
Dividendos a receber		232	9.227	8.604	232	353	1.216
Outros ativos	11	7.141	6.420	4.905	7.145	6.423	4.905
TOTAL DO CIRCULANTE		831.340	806.109	497.474	862.657	847.074	495.599
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Estoques	8	25.790	13.196	13.927	25.790	13.196	13.928
Partes relacionadas	10	1.926	4.578	17.672	1.925	2.013	4.995
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24					6.968	
Contas a receber de clientes	7	1.592			1.592		
Contas a receber da Copersucar	18	1.361	1.228	1.545	1.361	1.228	1.545
Tributos a recuperar	9	67.942	47.148	23.413	68.201	47.834	23.523
Depósitos judiciais	26	31.969	35.654	41.784	31.969	35.654	41.784
Outros ativos	11	120	253	253	120	250	253
		130.700	102.057	98.594	130.958	107.143	86.028
Investimentos	12	1.371.826	1.570.350	1.343.794	537.764	567.145	578.254
Ativos biológicos	13	596.309	506.368	443.536	596.309	544.167	443.536
Imobilizado	14	1.528.097	1.483.680	1.413.608	2.717.791	2.627.129	2.545.644
Intangível	15	192.057	78.537	54.505	192.917	230.657	54.892
		3.688.289	3.638.935	3.255.443	4.044.781	3.969.098	3.622.326
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.818.989	3.740.992	3.354.037	4.175.739	4.076.241	3.708.354
TOTAL DO ATIVO		4.650.329	4.547.101	3.851.511	5.038.396	4.923.315	4.203.953



Balanço patrimonial

				Controladora			Consolidado
		31 de março	31 de março	1º de abril	31 de março	31 de março	1º de abril
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	de 2014	de 2013	de 2012	de 2014	de 2013	de 2012
·			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	16	436.671	237.630	117.551	439.644	240.405	117.551
Instrumentos financeiros derivativos	27	56.398	14.297	13.542	56.398	14.297	13.542
Fornecedores	17	66.862	76.315	56.751	64.429	77.059	57.080
Obrigações com a Copersucar	18	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040
Salários e contribuições sociais		58.847	50.153	44.790	58.847	50.153	44.790
Tributos a recolher		10.583	10.204	9.376	11.040	10.225	9.425
Imposto de renda e contribuição social	24				611	314	115
Dividendos a pagar		32.063	17.326	30.070	32.063	17.326	30.070
Adiantamentos de clientes		883	957	5.810	883	957	5.810
Aquisição de participações societárias	35	10.725	71.808	57.906	10.725	71.808	57.906
Outros passivos	20	17.289	16.393	13.769	17.290	16.393	13.608
TOTAL DO CIRCULANTE		692.361	497.123	351.605	693.970	500.977	351.937
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	16	1.132.312	1.155.388	671.412	1.151.177	1.176.045	671.412
Obrigações com a Copersucar	18	206.014	194.440	200.409	206.014	194.440	200.409
Tributos parcelados	19	46.318	48.436	49.873	46.318	48.436	49.873
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	440.717	477.165	423.084	807.880	828.868	775.194
Provisão para contingências	26	56.649	60.171	68.064	56.649	60.171	68.064
Aquisição de participações societarias	35		9.849	55.569		9.849	55.569
Outros passivos	20	6	3.912	6.817	436	3.912	6.817
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.882.016	1.949.361	1.475.228	2.268.474	2.321.721	1.827.338
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21						
Capital social		737.200	614.150	455.900	737.200	614.150	455.900
Ajustes de avaliação patrimonial		1.116.709	1.265.869	1.272.558	1.116.709	1.265.869	1.272.558
Reservas de lucros		230.277	232.556	308.867	230.277	232.556	308.867
Ações em tesouraria		(11.839)	(13.811)	(12.753)	(11.839)	(13.811)	(12.753)
Opções de ações outorgadas		3.605	1.853	106	3.605	1.853	106
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.075.952	2.100.617	2.024.678	2.075.952	2.100.617	2.024.678
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.650.329	4.547.101	3.851.511	5.038.396	4.923.315	4.203.953



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de março

		Controladora			Consolidado
	Nota	2014	2013	2014	2013
				Re	apresentado
Receitas	29	1.498.007	1.288.943	1.533.675	1.291.490
Custo dos produtos vendidos	30	(1.113.811)	(965.185)	(1.089.056)	(929.720)
Lucro bruto		384.196	323.758	444.619	361.770
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	30	(73.629)	(59.779)	(73.893)	(59.779)
Despesas gerais e administrativas	30	(112.810)	(102.083)	(113.553)	(102.094)
Resultado de equivalência patrimonia	l 12	47.175	13.828	(16.444)	(23.696)
Outras receitas, líquidas	31	2.523	2.731	3.105	2.732
		(136.741)	(145.303)	(200.785)	(182.837)
Lucro operacional		247.455	178.455	243.834	178.933
Resultado financeiro	32				
Receitas financeiras		30.815	36.329	34.971	38.065
Despesas financeiras		(109.090)	(87.069)	(110.081)	(87.781)
Variações monetárias e cambiais, líqui	das	33.451	(544)	33.451	(544)
Derivativos		(13.614)	(13.255)	(13.614)	(13.255)
		(58.438)	(64.539)	(55.273)	(63.515)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		189.017	113.916	188.561	115.418
Imposto de renda e contribuição social Do exercício	24(b)	(5.107)	((8.918)	(1.911)
Diferidos		(48.909)	(40.966)	(44.642)	(40.557)
Lucro líquido do exercício		135.001	72.950	135.001	72.950
Lucro básico por ação (em reais)	33	1,2028	0,6501		
Lucro diluído por ação (em reais)	33	1,2002	0,6492		



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de março

Controladora e Consolidado	2014	2013
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	135.001	72.950
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(16.650)	62.457
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	1.036	15.016
Variação cambial de contratos de financiamentos ACC/PPE	(121.439)	(48.427)
Contratos de <i>Swap</i>	(2.058)	(3.867)
Tributos diferidos sobre os itens acima	47.297	(8.560)
Participação no resultado abrangente de controladas em conjunto	(8.191)	
	(100.005)	16.619
Resultado abrangente do exercício	34.996	89.569
nesultado abialigente do exercicio	34.330	39.309



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

				Ajuste	es de avaliação	patrimonial							
			E.	eemed cost	Hedge	accounting		Reserv	as de lucros				
	Nota	Capital social	Própria	De investidas	Própria	De investidas	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Ações em tesouraria	Opções outorgadas	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2012		455.900	610.553	670.844	(8.839)		21.530	281.323	6.014	(12.753)	106		2.024.678
Aumento de capital com reservas		158.250						(158.250)					
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos									(6.014)				(6.014)
Realização de mais-valia de deemed cost			(31.358)	(789)								32.147	
Reclassificação deemed cost - Próprio x Investidas			(1.377)	1.377									
Resultado com derivativos - hedge accounting					25.458					(4.705)			25.458
Aquisição de ações de emissão própria										(1.785)	1.876		(1.785) 1.876
Opções de ações outorgadas Opções de ações exercidas										727	(129)	182	780
Lucro líquido do exercício										727	(129)	72.950	72.950
Destinação do lucro:												72.330	,2.550
Constituição de reservas							3.647	71.632				(75.279)	
Dividendos mínimos obrigatórios												(17.326)	(17.326)
Dividendos adicionais propostos									12.674			(12.674)	
Em 31 de março de 2013	21	614.150	577.818	671.432	16.619		25.177	194.705	12.674	(13.811)	1.853		2.100.617
Aumento de capital com reservas		123.050						(123.050)					
Dividendos adicionais do exercício anterior, pagos									(12.674)				(12.674)
Realização de mais-valia de deemed cost			(20.906)	(8.969)								29.875	
Integralização de capital com bens na Vale do Mogi	12		(43.899)	43.899									
Resultado com derivativos - hedge accounting					(108.433)	(8.191)							(116.624)
Reflexo líquido de impostos diferidos de investidas				(2.661)							2 207		(2.661)
Opções de ações outorgadas Opções de ações exercidas										1.972	2.297 (545)	632	2.297 2.059
Lucro líquido do exercício										1.972	(343)	135.001	135.001
Destinação do lucro:												155.001	155.001
Constituição de reservas							6.750	118.353				(125.103)	
Dividendos mínimos obrigatórios												(32.063)	(32.063)
Dividendos adicionais propostos									8.342			(8.342)	
Em 31 de março de 2014	21	737.200	513.013	703.701	(91.814)	(8.191)	31.927	190.008	8.342	(11.839)	3.605		2.075.952



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
				Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício Ajustes	135.001	72.950	135.001	72.950
Depreciação e amortização	125.026	151.381	126.217	151.902
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	179.872	177.358	179.872	177.359
Variação no valor justo de ativos biológicos	(915)	(13.377)	(915)	(13.377)
Resultado de equivalência patrimonial	(47.175)	(13.828)	16.444	23.696
Resultado de investimento e imobilizado baixados Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	1.861 92.396	(57) 75.768	(2.321) 93.375	770 76.469
Instrumentos financeiros derivativos	(174)	14.063	(174)	14.063
Constituição de provisão para contingências, líquidas	16.847	14.521	16.847	14.521
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.909	40.966	44.642	40.557
Reversão de provisão para perdas na realização dos estoques		(526)		(526)
Ajuste a valor presente e outros	9.182	14.278	8.216	14.278
	560.830	533.497	617.204	572.662
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(8.755)	(18.585)	(11.140)	(17.555)
Estoques	5.617	10.372	5.617	9.310
Tributos a recuperar	(38.003)	(51.615)	(38.732)	(52.197)
Outros ativos Fornecedores	3.098 12.050	5.423 (28.518)	3.098 9.014	5.425 (28.104)
Salários e contribuições sociais	8.693	5.362	8.693	5.362
Tributos a recolher	(65)	767	3.749	2.617
Obrigações Copersucar	4.084	(12.814)	4.084	(12.814)
Impostos parcelados	(5.035)	(4.729)	(5.035)	(4.729)
Provisão para contingencias - liquidações	(27.619)	(28.927)	(27.619)	(28.928)
Outros passivos	(6.893)	(6.701)	(7.178)	(6.702)
Caixa proveniente das operações	508.002	403.532	561.755	444.347
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(84.386)	(35.562)	(85.872)	(36.037)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.465)	(1.678)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	423.616	367.970	473.418	406.632
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aplicação de recursos em investimentos	(77.124)	(244.658)	(77.124)	(244.658)
Devolução de recursos em mivestimentos	10.000	(244.036)	(77.124)	(244.036)
Adições ao imobilizado e intangível	(270.500)	(208.935)	(271.482)	(221.698)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(242.283)	(224.056)	(242.283)	(224.056)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	6.462	1.747	12.783	1.746
Recebimento da venda de ativo biológico e direitos	47.500		47.500	
Caixa e equivalentes de caixa incorporados de controlada	1		1	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.414)	(5.741)	(1.414)	(3.176)
Dividendos recebidos	88.114	8.604	1.330	1.216
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(439.244)	(673.039)	(530.689)	(690.626)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	540 522	740 706	F20 70F	722.000
Captação de financiamentos - terceiros Amortização de financiamentos - terceiros	519.523	710.786 (177.551)	520.705	733.999 (177.551)
Compra de ações em tesouraria	(412.668)	(1.785)	(415.275)	(1.785)
Alienação de ações em tesouraria	2.059	780	2.059	780
Pagamento de dividendos	(30.000)	(36.084)	(30.000)	(36.084)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	78.914	496.146	77.489	519.359
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	63.286	191.077	20.218	235.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	479.631	288.554	531.141	295.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	542.917	479.631	551.359	531.141

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
			R	teapresentado
Receitas	1.544.863	1.337.108	1.584.267	1 220 740
Vendas brutas de mercadorias e produtos Receita referente a construção de ativos próprios	238.848	305.083	239.183	1.339.748 305.778
Outras receitas	15.191	4.309	15.794	4.310
	1.798.902	1.646.500	1.839.244	1.649.836
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(600.061)	(471.064)	(573.400)	(440.669)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais Recuperação de valores ativos	(334.041)	(363.282) 526	(340.339)	(363.423) 526
	(934.102)	(833.820)	(913.739)	(803.566)
Valor adicionado bruto	864.800	812.680	925.505	846.270
Depreciação e amortização	(125.026)	(151.381)	(126.217)	(151.902)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	(179.872)	(177.358)	(179.872)	(177.359)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	559.902	483.941	619.416	517.009
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	47.175	13.828	(16.444)	(23.696)
Receitas financeiras	273.800	172.804	277.954	174.540
Outras	(11.791)	801	(11.793)	3.875
Valor adicionado total a distribuir	869.086	671.374	869.133	671.728
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	200 562	104 502	200 562	104 503
Remuneração direta Benefícios	200.562 76.906	194.582 75.890	200.562 76.906	194.582 75.890
FGTS	17.648	16.578	17.648	16.578
Honorários dos administradores	12.376	11.247	12.376	11.246
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	84.005	60.245	86.036	62.968
Estaduais	160	146	160	154
Municipais	371	431	371	432
Financiadores				
Juros	99.859	84.221	101.175	84.918
Aluguéis	6.765	3.978	3.443	904
Variações cambiais	130.043	82.862 68.244	130.044	82.862 68.244
Outras Dividendos	105.390 32.063	17.326	105.411 32.063	17.326
Lucros retidos do exercício	102.938	55.624	102.938	55.624
Valor adicionado distribuído	869.086	671.374	869.133	671.728
valui auluullauu uistiibuluu	009.000	0/1.5/4	003.133	0/1./28

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

1.1 Informações gerais

A São Martinho S.A. ("Companhia"), suas controladas e controladas em conjunto (conjuntamente, "Grupo") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 60% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 40% de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol e cogeração de energia.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela holding LJN Participações S.A. ("LJN"), com participação de 56,12% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes holdings familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de junho de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (deemed cost) de terras, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais na data de transição para IFRS/CPCs, e ativos e passivos



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill).

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e das suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Participação no capital social	Atividades principais
Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Vale do Mogi")	100%	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Energia S.A. ("SME")	100%	Cogeração de energia elétrica.
Vale do Piracicaba S.A. ("Vale do Piracicaba")	100%	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e participação em outras sociedades.
SPE - Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Paineiras") — controlada da Vale do Mogi	100% (direta 0,01% e indireta 99,99%)	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário
SPE - Park Empresarial Iracemápolis Ltda. ("Park") – controlada da Vale do Mogi	100% (direta 0,01% e indireta 99,99%)	Incorporação e exploração do empreendimento imobiliário

(b) Controladas em conjunto e coligadas

Com a adoção do CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto, a partir de 1º de abril de 2013, os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior (IAS 31), permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia detém participações societárias de controle conjunto nas seguintes empresas:

Empresa	Participação no capital social	Atividades principais
Controladas em conjunto - diretas:		
Nova Fronteira Bioenergia S.A. ("NF")	50,95%	Participação em outras sociedades.
Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("SC")	32,19%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de açúcar, etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades.
	32,53%	
Agro Pecuária Boa Vista S.A. ("ABV")	(direta 17,97% e indireta 14,56%)	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
SMA Indústria Química S.A. ("SMA")	50%	Produção de produtos químicos renováveis de alta performance.
Usina Santa Luiza S.A. ("USL")	49,72% (direta 41,67% e indireta 8,05%)	Serviços de armazenagem.
Controladas em conjunto - indiretas:		
Usina Boa Vista S.A. ("UBV") – controlada da NF	50,95%	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação de etanol e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ Agroindustrial S.A. ("SMBJ") – controlada da NF	50,95%	Exploração agrícola.
Companhia Bioenergética Santa Cruz 1 ("Bio") – controlada da SC	32,19%	Cogeração de energia elétrica.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

2.3 Reapresentação

(a) Controladora

A Companhia reclassificou para melhor adequação de suas Demonstrações Financeiras, para rubrica "intangível", o ágio advindo da Usina Santa Luiza S.A. pela incorporação reversa da Etanol Participações S.A., e para rubrica "Investimentos" o benefício fiscal do imposto de renda e contribuição social sobre o ágio originado na aquisição da Agro Pecuária Boa Vista S.A.

Assim está reapresentando também no balanço patrimonial do exercício anterior essa reclassificação para garantir a comparabilidade dos exercícios apresentados, sem afetar o



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

resultado, patrimônio líquido e destinações de reservas e dividendos nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013.

Essa reclassificação pode ser assim demonstrada:

Controladora	Saldo original apresentado 2013		Saldo reapresentado 2013
Ativo não circulante Investimentos Intangível	1.603.485 26.999	(33.135) 51.538	1.570.350 78.537
Passivo não circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos	458.762	18.403	477.165

Controladora	Saldo original apresentado 2012		Saldo reapresentado 2012
Ativo não circulante Investimentos Intangível	1.376.929 2.967	(33.135) 51.538	1.343.794 54.505
Passivo não circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos	404.681	18.403	423.084

(b) Consolidado

Em função da adoção da norma mencionada no item 2.2 (b), a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades nas quais detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Os saldos de 31 de março de 2013, apresentados nestas demonstrações financeiras, já contemplam a aplicação retrospectiva dos pronunciamentos, conforme mencionado.

Adicionalmente, em função das reclassificações mencionadas no item (a) acima, foram reclassificados os benefícios fiscais dos ágios, no consolidado.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos nas informações financeiras decorrentes do mencionado acima são como segue:

Balanço Patrimonial

Consolidado	Saldo original apresentado 2013	prática		Saldo reapresentado 2013
Ativo Circulante Não circulante	1.031.966 4.601.144	(184.892) (543.306)	18.403	847.074 4.076.241
Total do ativo	5.633.110	(728.198)	18.403	4.923.315
Passivo e patrimônio líquido Circulante Não circulante Patrimônio líquido	663.946 2.868.547 2.100.617	(162.969) (565.229)	18.403	500.977 2.321.721 2.100.617
Total do passivo e patrimônio líquido	5.633.110	(728.198)	18.403	4.923.315

Consolidado	Saldo original apresentado 2012	prática	Reclassificação	Saldo reapresentado 2012
Ativo Circulante Não circulante	663.206 4.123.961 4.787.167	(167.607) (434.012) (601.619)	<u>18.405</u> 18.405	495.599 3.708.354 4.203.953
Total do ativo	4.767.107	(001.019)	16.403	4.203.933
Passivo e patrimônio líquido Circulante Não circulante Patrimônio líquido	517.353 2.245.136 2.024.678	(165.416) (436.203)	18.405	351.937 1.827.338 2.024.678
Total do passivo e patrimônio líquido	4.787.167	(601.619)	18.405	4.203.953



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado

Consolidado	Saldo original 2013	Mudança de prática contábil	Saldo reapresentado 2013
Receitas Custo dos produtos vendidos Lucro bruto	1.635.955 (1.233.695) 402.260	(344.465) 303.975 (40.490)	1.291.490 (929.720) 361.770
Receitas (despesas) operacionais	(203.450)	20.613	(182.837)
Lucro operacional	198.810	(19.877)	178.933
Resultado financeiro	(100.651)	37.136	(63.515)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	98.159	17.259	115.418
Imposto de renda e contribuição social	(25.209)	(17.259)	(42.468)
Lucro líquido do exercício	72.950		72.950

Demonstração do fluxo de caixa

Consolidado	Saldo original 2013	Mudança de prática contábil	Saldo reapresentado 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	72.950		72.950
Ajustes ao lucro Variações nos ativos e passivos	636.421 (147.710)	(136.709) 19.395	499.712 (128.315)
Caixa proveniente das operações	561.661	(117.314)	444.347
Juros, imposto de renda e contribuição social, pagos Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(67.051) 494.610	<u>29.336</u> (87.978)	(37.715) 406.632
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(889.564)	198.938	(690.626)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	618.677 223.723	(99.318) 11.642	519.359 235.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	410.567	(114.791)	295.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	634.290	(103.149)	531.141



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do valor adicionado

Saldo original	Mudança de prática	Saldo reapresentado 2013
2013	COITCADII	2013
2.171.928	(522.092)	1.649.836
(1.099.904)	296.338	(803.566)
1.072.024	(225.754)	846.270
(453.122)	123.861	(329.261)
618.902	(101.893)	517.009
209.088	(54.369)	154.719
827.990	(156.262)	671.728
387.395	(89.099)	298.296
56.608	6.946	63.554
311.037	(74.109)	236.928
72.950		72.950
827.990	(156.262)	671.728
	2013 2.171.928 (1.099.904) 1.072.024 (453.122) 618.902 209.088 827.990 387.395 56.608 311.037 72.950	Saldo original 2013 prática contábil 2.171.928 (522.092) (1.099.904) 296.338 1.072.024 (225.754) (453.122) 123.861 618.902 (101.893) 209.088 (54.369) 827.990 (156.262) 387.395 (89.099) 56.608 6.946 311.037 (74.109) 72.950

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

2.4 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais liquidas" (Nota 32), exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Ativos financeiros

2.7.1 Classificação

O Grupo classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. O Grupo não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos", parte do "Caixa e equivalentes de caixa" e "Partes relacionadas" (Notas 6, 7 e 10).

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração.

2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *impairment*

O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, como quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido.

Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de "fluxo de caixa", cujas transações e valor justo estão descritos na Nota 27.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*.

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo.

Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*), quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

2.10 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os estoques de terrenos (loteamentos – terras) são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (deemed cost).

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 24).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.12 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 26.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana de açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A cana de açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, seis anos após o seu primeiro corte.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na database das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo.

Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana de açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos Biológicos" (Nota 13).

A cana de açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana de açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

2.14 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de mais-valia do custo atribuído (deemed cost) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 14. Terras e terrenos não são depreciados.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia e a Vale do Mogi avaliaram determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 14 (a)).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

(i) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana de açúcar

As relações contratuais com parceiros e fornecedores de cana de açúcar adquiridas são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana de açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

(iv) Contratos de energia

Os contratos de energia, adquiridos na aquisição de participação societária, são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição e amortizados com base no prazo dos contratos.

2.16 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa - UGC).



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos do Grupo.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

2.21 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos e prestação de serviços

O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, ácido ribonucleico, bagaço de cana, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

O Grupo presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos a medida que ocorrem.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(iii) Venda de terras e loteamentos

As investidas Vale do Mogi, Paineiras e Park reconhecem as vendas de terras e loteamentos no momento em que são celebrados os contratos de compra e venda.

(iv) Demais receitas (despesas) e custos

As demais receitas (despesas) e custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.22 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando aprovados.

2.23 Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica

Gastos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica visando o aprimoramento de produtos e processos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.24 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2014. A adoção antecipada de



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRIC 21 "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera efeitos relevantes decorrentes dessa interpretação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.14. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características.

(c) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques

A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas.

(d) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(f) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(g) Provisão para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(h) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

O Grupo revisa e, se apropriado, ajusta as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente.

(i) Combinação de negócios e aquisição de participação societária

Conforme descrito na Nota 35, a administração contratou peritos independentes para a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos e para a determinação do *purchase pricing alocation* (PPA).



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para a determinação do PPA se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de aquisição.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo dispõe de políticas e procedimentos para administrar, por meio da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de commodities, inerentes a seus negócios.

Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

A Companhia gerencia ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, são utilizados contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

4.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Milhares
		de US\$
	R\$	equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	94.447	41.746
Contas a receber de clientes	7.093	3.135
Instrumentos financeiros derivativos	33.553	14.831
Total dos ativos	135.093	59.712
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	305.456	134.978
Instrumentos financeiros derivativos	56.398	24.922
Outros passivos	4.440	1.962
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	408.691	180.597
Total dos passivos	774.985	342.459
Sub-total líquido	(639.892)	(282.747)
(-) Financiamentos vinculados a exportações - ACC e PPE (*)	710.694	314.049
Exposição líquida ativa	70.802	31.302

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2014 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 2,2624 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 2,2630 por US\$ 1,00 para os passivos.

(*) Os saldos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio – ACC, Nota de Crédito a Exportação e Pré-Pagamento de Exportação – PPE, com vencimentos nos meses de abril de 2014 a setembro de 2016, que estão vinculados à exportação de produtos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará mediante exportações de produtos, a Administração entende que estas operações possuem hedge natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações financeiras, sem efeito equivalente no fluxo de caixa.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Risco de volatilidade no preço de commodities

O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

Em 31 de março de 2014, 5.456 toneladas de açúcar estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega a partir de abril de 2014, com fixação em um preço médio de 16,07 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso).

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O Grupo segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pósfixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política do Grupo. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira o Grupo entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que o Grupo pratique preços de venda acima da média histórica.

4.5 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos do Grupo, mediante Política de Gestão de Riscos de Contraparte. O Grupo controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do rating da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes o Grupo avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para o Grupo e agregada pelo Departamento financeiro. Este Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2014, o Grupo mantinha aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de	
Controladora	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total
Em 31 de março de 2014					
Empréstimos e financiamentos	436.671	376.562	626.557	129.193	1.568.983
Instrumentos financeiros derivativos	56.398				56.398
Fornecedores	66.862				66.862
Aquisição de participação societaria	10.725				10.725
Outros passivos	17.289	6			17.295
	587.945	376.568	626.557	129.193	1.720.263
Em 31 de março de 2013					
Empréstimos e financiamentos	237.630	361.365	679.244	114.779	1.393.018
Instrumentos financeiros derivativos	14.297				14.297
Fornecedores	76.315				76.315
Aquisição de participação societaria	71.808	9.849			81.657
Outros passivos	16.393	3.912			20.305
	416.443	375.126	679.244	114.779	1.585.592



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de	Entre um e	Entre dois e	Acima de	
Consolidado	um ano	dois anos	cinco anos	cinco anos	Total
Em 31 de março de 2014					
Empréstimos e financiamentos	439.644	379.505	635.387	136.285	1.590.821
Instrumentos financeiros derivativos	56.398				56.398
Fornecedores	64.429				64.429
Aquisição de participação societaria	10.725				10.725
Outros passivos	17.290	436			17.726
	588.486	379.941	635.387	136.285	1.740.099
Em 31 de março de 2013 - Reapresentado)				
Empréstimos e financiamentos	240.405	364.164	687.640	124.241	1.416.450
Instrumentos financeiros derivativos	14.297				14.297
Fornecedores	77.059				77.059
Aquisição de participação societaria	71.808	9.849			81.657
Outros passivos	16.393	3.912			20.305
	419.962	377.925	687.640	124.241	1.609.768

4.7 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros que não estão designados para *hedge accounting*. Tal análise é relativa à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2014. Esta análise considera as expectativas da Administração em relação a exposição de riscos e o cenário futuro projetado, por este motivo não foi auditada pelos auditores independentes.

		Cenários prováveis	Cena	ários possíveis
Consolidado	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Variação de 25%	Variação de 50%
Variação na moeda estrangeira	5%	234	1.168	2.336
Variação no preço dos produtos vendidos	5%	3.450	4.273	5.301
Variação na curva de juros	10 bps	57	71	85

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira: a Companhia está exposta a variações entre Real e Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25% e 50% entre a paridade Real/Dólar em seus instrumentos financeiros. Nesta análise, haveria um impacto positivo ou negativo decorrente da variação cambial de R\$ 1.168 e R\$ 2.336 para os "shocks" de 25% e 50% respectivamente sobre contratos futuros e de opções de mercadoria (Ice Futures U.S. – Sugar #11) negociados em bolsa de valores e moeda negociados no mercado balcão.

Análise de sensibilidade das variações nos preços das commodities: a Companhia está exposta a variações no preço do açúcar negociados por meio de contratos futuros e de opções na bolsa norte-americana Ice Futures U.S.. Utilizado também como index para contratos a termo e opções flexíveis de mercadoria no mercado balcão, a análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25% e 50% no preço da commodity em seus instrumentos financeiros derivativos. Nesta análise, haveria um impacto decorrente da variação de preço na proporção de R\$ 4.273 e R\$ 5.301 para os "shocks" de 25% e 50% respectivamente.

Análise de sensibilidade das variações em curvas de juros: a Companhia possui contratos de swap. A exposição a taxas referem-se exclusivamente a variações na curva do CDI. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 25bps e 50bps (basis points) na curva de precificação do derivativo. Nesta análise, haveria um impacto decorrente da variação da curva de R\$ 71 e R\$ 85 para os "shocks" de 25bps e 50bps respectivamente.

4.8 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses.

O Grupo considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicalidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática.

O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (*release*) da Companhia.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2014 e 2013, foram calculados como segue:

Consolidado	2014	2013
Capital de terceiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.590.821	1.416.450
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(551.359)	(531.141)
	1.039.462	885.309
Capital próprio		
Patrimônio líquido	2.075.952	2.100.617
Total do capital	3.115.414	2.985.926
Índice de alavancagem financeira	33%	30%

4.9 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "Black & Scholes", utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F.

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por metodologia de desconto de fluxo de caixa futuro descontado, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo, para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	Controlado	ora e Cons	olidado
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2014 Ativo - Instrumentos financeiros derivativos Opções flexíveis de moeda Contratos a termo - mercadoria	4.815	65	4.815 65
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos Contratos a termo - câmbio Futuros de etanol Futuros de açúcar Opções de açúcar Contratos de swap	15 14.770 4.369	5.684 31.560	5.684 15 14.770 4.369 31.560
Em 31 de março de 2013 - (Consolidado reapresent Ativo - Instrumentos financeiros derivativos Contratos a termo - açúcar Futuros de açúcar Opções de açúcar Contratos a termo - câmbio	35.593 6.017	20.787	20.787 35.593 6.017 16.835
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos Contratos a termo - etanol Contratos de swap		2 10.976	2 10.976



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

		(Controladora
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 de março de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	542.917 61.392		542.917 61.392
Instrumentos financeiros derivativos Partes relacionadas	28.673 1.926	4.880	33.553 1.926
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	5.426 640.334	4.880	5.426 645.214
Em 31 de março de 2013 - (Consolidado reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	479.631 52.770	70.000	479.631 52.770
Instrumentos financeiros derivativos Partes relacionadas Outros ativos ayesta pagamentos antesinados	4.578 3.262	79.232	79.232 4.578 3.262
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	540.241	79.232	619.473

Controladora					
Passivos conforme		Derivativos utilizados para	Outros passivos	Total	
balanço patrimonial	resultado	hedge	financeiros	Total	
Em 31 de março de 2014 Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos	64.807	56.398	1.504.176	1.568.983 56.398	
Fornecedores			66.862	66.862	
Aquisição de participações societarias			10.725	10.725	
Outros passivos	64.807	56.398	17.295 1.599.058	17.295 1.720.263	
	04.007	30.330	1.333.030	1.720.203	
Em 31 de março de 2013 - (Consolidado i	reapresentado)				
Empréstimos e financiamentos	69.305		1.323.713	1.393.018	
Instrumentos financeiros derivativos		14.251	46	14.297	
Fornecedores			76.315	76.315	
Aquisição de participações societarias			81.657	81.657	
Outros passivos		,	20.305	20.305	
	69.305	14.251	1.502.036	1.585.592	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Total
Em 31 de março de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	551.359 73.698		551.359 73.698
Instrumentos financeiros derivativos Partes relacionadas	28.673 1.925	4.880	33.553 1.925
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	5.430 661.085	4.880	5.430 665.965
Em 31 de março de 2013 - Reapresentado			
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	531.141 51.739		531.141 51.739
Instrumentos financeiros derivativos	2.042	79.232	79.232
Partes relacionadas Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	2.013 3.262		2.013 3.262
	588.155	79.232	667.387

Consolidado					
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total	
Em 31 de março de 2014					
Empréstimos e financiamentos Instrumentos financeiros derivativos	64.807	56.398	1.526.014	1.590.821 56.398	
Fornecedores			64.429	64.429	
Aquisição de participações societarias			10.725	10.725	
Outros passivos			17.726	17.726	
	64.807	56.398	1.618.894	1.740.099	
Em 31 de março de 2013 - Reapresentad	0				
Empréstimos e financiamentos	69.305		1.347.145	1.416.450	
Instrumentos financeiros derivativos		14.251	46	14.297	
Fornecedores			77.059	77.059	
Aquisição de participações societarias			81.657	81.657	
Outros passivos			20.305	20.305	
	69.305	14.251	1.526.212	1.609.768	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes no Grupo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

		C	ontroladora
	Rendimentos	2014	2013
Caixa e bancos - no Brasil		471	2.240
Caixa e bancos - no exterior		94.447	174.184
Aplicações financeiras - no Brasil			
. CDB	101,04% (2013 - 101,09%) da		
	variação do CDI – Tx média		
	ponderada	187.549	89.449
. Debêntures compromissadas	101,23% (2013 - 100,96%) da		
	variação do CDI – Tx média		
	ponderada	260.450	213.758
		542.917	479.631
			Consolidado
		_	Cilisoilaaac
	Rendimentos	2014	2013
	Rendimentos	2014	
Caixa e bancos - no Brasil	Rendimentos	2014	2013
Caixa e bancos - no Brasil Caixa e bancos - no exterior	Rendimentos	2014	2013 eapresentado
	Rendimentos	2014 Re 495	2013 eapresentado 2.27 5
Caixa e bancos - no exterior	Rendimentos 101,04% (2013 - 101,05%) da	2014 Re 495	2013 eapresentado 2.27 5
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média	2014 Re 495 94.447	2013 eapresentado 2.27 5
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil . CDB	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média ponderada	2014 Re 495	2013 eapresentado 2.27 5
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média ponderada 100,57% (2013 - 101,30%) da	2014 Re 495 94.447	2013 eapresentado 2.275 174.184
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil . CDB	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média ponderada 100,57% (2013 - 101,30%) da variação do CDI - taxa média	2014 Re 495 94.447 187.549	2013 eapresentado 2.275 174.184
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil . CDB	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média ponderada 100,57% (2013 - 101,30%) da	2014 Re 495 94.447	2013 eapresentado 2.275 174.184
Caixa e bancos - no exterior Aplicações financeiras - no Brasil . CDB	101,04% (2013 - 101,05%) da variação do CDI - taxa média ponderada 100,57% (2013 - 101,30%) da variação do CDI - taxa média	2014 Re 495 94.447 187.549	2013 eapresentado 2.275 174.184

O saldo de caixa e bancos compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

7 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
			ļ	Reapresentado
Clientes mercado interno	54.299	34.648	66.605	33.617
Clientes mercado externo	7.093	18.122	7.093	18.122
	61.392	52.770	73.698	51.739
Ativo circulante	59.800	52.770	72.106	51.739
Ativo não circulante	1.592		1.592	

Para as posições em 31 de março de 2014 e de 2013, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de março de 2014, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 584 (controladora e consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
Vencidas e não provisionadas:	2014	2013	2014	2013
				Reapresentado
Até 30 dias		23		23
acima de 31 dias	584	74	584	74
A vencer:				
Em até 30 dias	51.688	48.426	52.206	47.395
de 31 a 60 dias	3.611	3.616	3.606	3.616
acima de 60 dias	5.509	631	17.302	631
	61.392	52.770	73.698	51.739

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

8 Estoques

	Controladora		Consolidad	
	2014	2013	2014	2013
Circulante			Rea	presentado
Produtos acabados e em elaboração	19.480	27.587	19.480	26.870
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	39.118	43.291	39.118	43.292
Loteamentos - terras			9.339	
Insumos, materiais auxiliares para				
manutenção e outros	31.721	31.342	31.721	31.341
	90.319	102.220	99.658	101.503
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	25.790	13.196	25.790	13.196
	25.790	13.196	25.790	13.196
	116.109	115.416	125.448	114.699



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia firmou parcerias para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), cuja parte da entrega ocorrerá somente em exercício futuros.

O saldo classificado como "Loteamentos – Terras" se refere aos empreendimentos imobiliários Residencial Recanto das Paineiras e Park Empresarial Iracemápolis, ambos no município de Iracemápolis, Estado de São Paulo.

9 Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

Controladora		Consolidado	
2014	2013	2014	2013
24.214	12.712	24.214	12.712
29.532	22.221	29.994	22.221
5.841	5.407	5.841	5.407
4.318	2.940	4.318	2.973
63.905	43.280	64.367	43.313
48.117	32.291	48.117	32.291
19.825	14.857	20.084	15.543
67.942	47.148	68.201	47.834
131.847	90.428	132.568	91.147
	24.214 29.532 5.841 4.318 63.905 48.117 19.825 67.942	2014 2013 24.214 12.712 29.532 22.221 5.841 5.407 4.318 2.940 63.905 43.280 48.117 32.291 19.825 14.857 67.942 47.148	2014 2013 2014 24.214 12.712 24.214 29.532 22.221 29.994 5.841 5.407 5.841 4.318 2.940 4.318 63.905 43.280 64.367 48.117 32.291 48.117 19.825 14.857 20.084 67.942 47.148 68.201

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Coi	ntroladora	Consolidado		
Safra	2014	2013	2014	2013	
2014/2015	19.609	11.287	19.720	11.536	
2015/2016	19.196	11.176	19.307	11.410	
2016/2017	14.676	10.524	14.713	10.669	
2017/2018	5.832	4.096	5.832	4.154	
2018/2019	3.800	2.550	3.800	2.550	
A partir de 2020	4.829	7.515	4.829	7.515	
	67.942	47.148	68.201	47.834	

10 Partes relacionadas

a) Saldos da controladora e do consolidado:

	2014					2013
	Ativo	Ativo não	Passivo	Ativo	Ativo não	Passivo
Controladora	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
De investidas e relacionadas:						
Vale do Mogi	5		2.440	9.853		266
UBV	3.569		116	2.405		38
USL	56	1.925	19	31	2.013	18
SMBJ	5			31		
SC	4.398		525	461		202
SMA	52			64		
SME	5	1	14.500	52	2.565	
ABV	5			353		
Outros	72			54		15
Sub-total	8.167	1.926	17.600	13.304	4.578	539
De acionistas - compras de						
cana-de-açúcar	2.577		1.876	1.269		1.578
	10.744	1.926	19.476	14.573	4.578	2.117



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2014	2013 - Reapresentad		
	Ativo	Ativo não	Passivo	Ativo	Ativo não	Passivo
Consolidado	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante
De investidas e relacionadas:						
UBV	3.569		116	2.405		38
USL	56	1.925	19	31	2.013	18
SMBJ	5			31		
SC	4.398		525	461		202
SMA	52			64		
ABV	5			353		
Outros	72			45		15
Sub-total	8.157	1.925	660	3.390	2.013	273
De acionistas - compras de						
cana-de-açúcar	2.577		1.876	1.269		1.578
	10.734	1.925	2.536	4.659	2.013	1.851

Em 31 de março de 2014, os saldos no ativo e passivo circulante (classificados em contas a receber e fornecedores no balanço patrimonial) referem-se a compras e vendas de produtos e serviços entre a Companhia e suas investidas e relacionadas. Os saldos no ativo e passivo não circulante são adiantamentos para futuro aumento de capital.

b) Transações da controladora no exercício:

				2014
	Despesas	Receita de	Despesas	Compras de
	administrativas	Vendas	reembolsadas	produtos e serviços
Vale do Mogi			23	(38.345)
UBV			11.572	(185)
USL			356	(541)
SMA		113	244	
SC			10.139	(2.018)
Outras		4.299	634	
Acionistas e partes relacionadas				
- aluguel de imóveis	(422)			
- prestação de serviços	(1.452)			
- compras de cana-de-açúcar				(10.603)
	(1.874)	4.412	22.968	(51.692)



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			2	013 - Reapresentado
	Despesas	Receita de	Despesas	Compras de
	administrativas	Vendas	reembolsadas	produtos e serviços
Vale do Mogi				(35.476)
UBV		44	11.318	(264)
USL			335	(506)
SMA			362	
SC			1.235	(2.139)
Outras			455	
Acionistas e partes relacionadas				
- aluguel de imóveis	(314)			
- prestação de serviços	(1.679)			
- compras de cana-de-açúcar				(10.626)
	(1.993)	44	13.705	(49.011)

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar.

As despesas reembolsadas por investidas referem-se a gastos incorridos com o centro de serviços compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Transações do consolidado no exercício:

	2014					
	Despesas administrativas		Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços		
UBV			11.572	(185)		
USL			356	(541)		
SMA		113	244			
SC			10.139			
Outras			492			
Acionistas e partes relacionadas						
- aluguel de imóveis	(422)					
- prestação de serviços	(1.452)					
- compras de cana-de-açúcar				(10.603)		
	(1.874)	113	22.803	(11.329)		



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013 - Reapresentado					
				Compras de		
	Despesas	Receita de	Despesas	produtos e		
	administrativas	Vendas	reembolsadas	serviços		
UBV		44	11.318	(264)		
USL			335	(506)		
SMA			362			
SC			1.235	(2.139)		
Outras			455			
Acionistas e partes relacionadas						
- aluguel de imóveis	(314)					
- prestação de serviços	(1.679)					
- compras de cana-de-açúcar				(10.626)		
	(1.993)	44	13.705	(13.535)		

d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar no exercício está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado	2014	2013
		Reapresentado
Honorários e bônus	13.105	12.470
Contribuições previdenciárias e sociais	2.621	2.494
Outros	655	621
	16.381	15.585



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
			Rear	oresentado
Despesas antecipadas	1.835	3.411	1.835	3.411
Adiantamentos a fornecedores	3.553	1.509	3.553	1.509
Adiantamentos a funcionários	1.068	878	1.068	878
Outros investimentos	10	142	10	142
Valores a receber por garantias prestadas	267	249	267	249
Depósitos pagos	111	111	111	111
Outros créditos	417	373	421	373
	7.261	6.673	7.265	6.673
Ativo circulante	7.141	6.420	7.145	6.423
Ativo não circulante	120	253	120	250



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

12.1 Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas

O saldo de investimentos da controladora em outras sociedades é composto como segue:

										2014
	Vale do Mogi	SME	NF	sc	ABV	SMA	USL	Mirtilo	Outros	Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	12.678	426.635	1.643	1.146	50	11.898			
Percentual de participação	100,00%	100,00%	50,95%	32,19%	17,97%	50,00%	41,67%			
	,	•	•			•	•			
Capital social	84.637	5.243	858.845	63.083	208.560	100	14.541			
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	826.249	7.814	754.778	253.616	330.809	(3.500)	(15.824)			
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	46.556	17.061	(12.908)	(27.140)	5.437	(1.234)	(2.500)			
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de março de 2013	793.862	12.843	391.149	101.266	64.537			196.500	10.193	1.570.350
Integralização e aporte de capital	46.550	2.565					1.500		11.564	62.179
Aquisição de participação									1	1
Perda reflexa - hedge accounting				(8.191)						(8.191)
Resultado de equivalência patrimonial	46.556	17.061	(6.577)	(8.737)	977	(617)	(1.042)		(446)	47.175
Incorporação de acervo líquido - Nota 12.3								(44.767)		(44.767)
Reclassificação do ágio para o intangível - Nota 12.3								(151.733)		(151.733)
Alienação de investimento - Nota 12.6								,	(11.564)	(11.564)
Dividendos distribuídos	(63.257)	(14.655)			(1.210)				,	(79.122)
Redução de capital - Nota 12.7	` ,	(10.000)			, ,					(10.000)
Reflexo de impostos diferidos	2.538	, ,		(2.690)	(2.509)					(2.661)
Reclassificação para o passivo do investimento com				, ,	, ,					, ,
passivo a descoberto - Nota 20						617	(458)			159
Saldos em 31 de março de 2014	826.249	7.814	384.572	81.648	61.795				9.748	1.371.826

O patrimônio líquido das investidas SC e ABV estão ajustados por mais valia dos ativos e passivos adquiridos nos montantes de R\$ 120.220 e R\$ 108.170, respectivamente.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

										2013
	Vale do Mogi	SME	NF	SC	ABV	SMA	USL	Mirtilo	Outros	Total
Em Sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas:										
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	12.678	426.635	1.643	1.146	50	11.898	58.292		
Percentual de participação	100,00%	100,00%	50,95%	32,19%	17,97%	50,00%	41,67%	100,00%		
Capital social	81.987	12.677	858.837	63.083	208.560	100	10.941	58.292		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	793.862	12.843	767.686	314.554	346.736	(2.266)	(16.924)	44.767		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	37.145	381	(31.781)	(16.225)	10.024	(634)	(5.310)			
Movimentação dos investimentos:										
Saldos em 31 de março de 2012	765.539		407.342	106.489	63.089				1.335	1.343.794
Integralização e aumento de capital		12.677					1.500		10.411	24.588
Aquisição de participação - Nota 38								196.500		196.500
Resultado de equivalência patrimonial	37.145	381	(16.193)	(5.223)	1.801	(317)	(2.213)		(1.553)	13.828
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.822)	(52)			(353)					(9.227)
Reclassificação para o passivo do investimento										
com passivo a descoberto - Nota 20		(163)				317	713			867
Saldos em 31 de março de 2013	793.862	12.843	391.149	101.266	64.537			196.500	10.193	1.570.350

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Investimentos no consolidado

	2014	2013
	F	Reapresentado
Investimentos da Companhia		
Nova Fronteira Bioenergia S.A.	384.572	391.149
Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool	81.648	101.266
Agro Pecuária Boa Vista S.A.	61.795	64.537
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	9.747	10.193
Vale do Piracicaba S.A.	1	
	537.763	567.145

Essas investidas não são consolidadas e os investimentos estão avaliados por equivalência patrimonial, conforme movimentação demonstrada na Nota 12.1 acima.

12.3 Incorporação da Mirtilo Investimentos e Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2013, foi aprovada a incorporação do acervo líquido da controlada Mirtilo, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de março de 2013, emitido por peritos avaliadores independentes.

O acervo líquido incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 25 de abril de 2013 foi:

	Acervo líquido
Ativo	incorporado
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
IR e CS diferidos	6.967
Ativos biológicos	37.799
Total do acervo líquido incorporado	44.767

Em função dessa incorporação, o ágio pago na aquisição dessa controlada foi reclassificado para o intangível (Nota 15).



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.4 Integralização de capital na Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de junho de 2013, foi aprovada a integralização de capital na controlada Vale do Mogi, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de maio de 2013, emitido por peritos avaliadores independentes, conforme quadro abaixo:

Ativo	Acervo líquido integralizado
Não circulante	
Terras (i)	2.651
Terras - deemed cost (ii)	66.513
	69.164
Passivo	
Não circulante	
Imposto de renda e contribuição	
social diferidos	22.614
Total do acervo líquido	46.550

- (i) Aumento de capital integralizado.
- (ii) Ajuste de avaliação patrimonial *deemed cost* incorporado.

12.5 Aquisição de participação societária na Vale do Piracicaba S.A.

Em 29 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Vale do Piracicaba S.A., pelo valor de R\$ 1. A Vale do Piracicaba S.A. terá como principal objeto social a atividade imobiliária e a participação em outras empresas. O objetivo da Companhia com esta aquisição é a participação em empresas imobiliárias.

12.6 Integralização de capital e alienação da Cerrado Açúcar e Álcool S.A.

Em 16 de dezembro de 2013, foi aprovado pelo Conselho de Administração a conferência pela Companhia de ativos de sua propriedade para fins de integralização no capital social da Cerrado Açúcar e Álcool S.A. ("Cerrado"), no montante de R\$ 11.564. Estes ativos eram representados por lavouras de cana-de-açúcar de propriedade da Companhia existentes nas áreas objeto dos contratos de parceria agrícola e de arrendamentos (2.836,99 hectares). A Cerrado foi alienada em 17 de dezembro de 2013 pelo montante de R\$ 47.500.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta operação resultou na realização de ágio sobre rentabilidade futura no valor de R\$ 35.935, originado pela aquisição dos ativos da Mirtilo, conforme descrito na Nota 35.

12.7 Redução de capital na São Martinho Energia S.A.

Foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2014, a redução de capital da São Martinho Energia S.A. em R\$ 10.000, com o cancelamento de ações e mediante devolução do valor da redução à Companhia.

12.8 Integralização e aporte de capital em controlada e controlada em conjunto

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, os acionistas aprovaram o aumento de capital da USL no valor de R\$ 1.500. Tal aumento foi efetuado por meio da integralização dos valores oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2013, a Companhia aprovou o aumento de capital da SME mediante a emissão de 2.565.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 2.565 a ser integralmente subscrito e integralizado.

13 Ativos biológicos

Em 31 de março de 2014, a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estado de São Paulo, utilizada como matéria-prima em seu processo industrial. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. A soqueira devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada economicamente viável, em média, entre 6 a 7 cortes.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-deaçúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	(Controladora	Consolidado		
Consolidado	2014	2013	2013	2013	
	Re	eapresentado	o Reapresentac		
Área total estimada de colheita (ha)	29.394	97.186	105.227	110.104	
Produtividade prevista (ton/ha)	82,20	82,86	83,50	82,29	
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	132,75	135,66	133,73	135,65	
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,4699	0,4385	0,4646	0,4385	

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

		Controladora
	2014	2013
Ativos biológicos em 31 de março	506.368	443.536
Aumentos decorrentes de plantio	108.086	102.275
Aumentos decorrentes de tratos	134.197	121.781
Variação no valor justo	915	13.377
Incorporação da Mirtilo - Nota 12.3	37.799	
Redução por venda da Cerrado - Nota 12.6	(11.564)	
Reduções decorrentes da colheita	(179.492)	(174.601)
Ativos biológicos no final do exercício	596.309	506.368

Consolida			
2014	2013		
544.167	481.335		
108.086	102.275		
134.197	121.781		
915	13.377		
(11.564)			
(179.492)	(174.601)		
596.309	544.167		
	2014 544.167 108.086 134.197 915 (11.564) (179.492)		

(a) Compromissos com parceria agrícola e arrendamentos

A Companhia firmou contratos de parceria agrícola para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, substancialmente por meio de contratos plurianuais. Referidos contratos têm vigência, em sua maioria, entre seis e doze anos, renováveis ao seu término. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de arrendamento para produção de cana-de-açúcar.

Os valores a serem desembolsados em função destes contratos são determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Paulo - CONSECANA. Em 31 de março de 2014 e de 2013, os pagamentos totais estimados (valor nominal) são:

Consolidado	2014	2013
	F	Reapresentado
Menos de um ano	92.368	82.205
Mais de um ano e menos de cinco anos	231.707	213.695
Mais de cinco anos	126.976	131.391
	451.051	427.291



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

Controladora	Terras	Edifícios e depen- dências	Equipa- mentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobili- zações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2012	602.806	64.754	458.553	50.905	119.963	12.641	100.658	1.410.280
Aquisição Custo da venda Transferências entre contas		22.931	82.769 (117) 28.295	18.316 (211) 664	32.310 (1.361) 773	495 (1) 3.625	99.076 (56.288)	232.966 (1.690)
Depreciação Saldos em 31 de março de 2013	602.806	(4.181) 83.504	(126.775) 442.725	(7.052) 62.622	(17.982) 133.703	(2.534) 14.226	143.446	(158.524) 1.483.032
Custo total Depreciação acumulada	602.806	95.664 (12.160)	550.647 (107.922)	79.810 (17.188)	168.954 (35.251)	42.228 (28.002)	143.446	1.683.555 (200.523)
Valor residual	602.806	83.504	442.725	62.622	133.703	14.226	143.446	1.483.032
Aquisição Custo da venda Integralização de capital - Vale Mogi	(164) (69.164)		70.837 (8)	34.479 (432)	35.722 (2.951)	599 (1)	107.231	248.868 (3.556) (69.164)
Transferências entre contas Depreciação		21.459 (3.090)	139.353 (99.057)	2.902 (6.108)	3.462 (20.044)	2.692 (2.784)	(169.868)	(131.083)
Saldos em 31 de março de 2014	533.478	101.873	553.850	93.463	149.892	14.732	80.809	1.528.097
Custo total Depreciação acumulada	533.478	117.129 (15.256)	695.664 (141.814)	116.084 (22.621)	202.569 (52.677)	45.515 (30.783)	80.809	1.791.248 (263.151)
Valor residual	533.478	101.873	553.850	93.463	149.892	14.732	80.809	1.528.097
Valores Residuais : Custo histórico Mais-valia	18.451 515.027	62.472 39.401	366.211 187.639	91.329 2.134	123.334 26.558	14.732	80.809	757.338 770.759
Taxas médias anuais de depreciação		2,95%	6,33%	6,28%	10,69%	12,07%		



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edificios e depen- dências	Equipa- mentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Outras imobili- zações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2012 - Reapresentado	1.713.817	72.813	458.553	50.905	119.963	12.641	113.624	2.542.316
Aquisição Custo da venda Transferências entre contas Depreciação	(827)	22.931 (4.703)	82.769 (117) 28.295 (126.775)	18.316 (211) 664 (7.052)	32.310 (1.361) 773 (17.982)	495 (1) 3.625 (2.534)	111.838 (56.288)	245.728 (2.517) (159.046)
Saldos em 31 de março de 2013 - Reapresentado	1.712.990	91.041	442.725	62.622	133.703	14.226	169.174	2.626.481
Custo total Depreciação acumulada Valor residual	1.712.990	105.814 (14.773) 91.041	550.647 (107.922) 442.725	79.810 (17.188) 62.622	168.954 (35.251) 133.703	42.228 (28.002) 14.226	169.174	2.829.617 (203.136) 2.626.481
Aquisição Custo da venda Transferências estoques para vendas Transferências entre contas	(13.396) (9.339)	21.459	71.018 (8) 165.745	34.479 (432) 2.902	35.722 (2.951) 3.462	599 (1) 2.692	107.895	249.713 (16.788) (9.339)
Depreciação Saldos em 31 de março de 2014	1.690.255	(3.613) 108.887	(99.727) 579.753	(6.108) 93.463	(20.044) 149.892	(2.784) 14.732	80.809	(132.276) 2.717.791
Custo total Depreciação acumulada Valor residual	1.690.255 1.690.255	127.279 (18.392) 108.887	722.237 (142.484) 579.753	116.084 (22.621) 93.463	202.569 (52.677) 149.892	45.515 (30.783) 14.732	80.809 80.809	2.984.748 (266.957) 2.717.791
Valores Residuais : Custo histórico Mais-valia Taxas médias anuais de depreciação	103.191 1.587.064	63.470 45.417 3,18%	392.114 187.639 6,15%	91.329 2.134 6,28%	123.334 26.558 10,69%	14.732 12,07%	80.809	868.979 1.848.812



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2014, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial de suas duas unidades industriais para o aumento na produção de açúcar e etanol.

No mesmo exercício, 13.717 ha de terras da Companhia e de sua controlada Vale do Mogi estavam dadas em garantias para operações da UBV.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos do Grupo, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 510.641 em 31 de março de 2014, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 406.547 referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 2.995 no exercício findo em 31 de março de 2014 (2013 - R\$ 5.523). Em 31 de março de 2014, o imobilizado da controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transfiram os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 2.886 (2013 – R\$ 2.989).

Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, a controlada Vale do Mogi alienou terras pelo valor de R\$ 17.414. Adicionalmente, foi aprovada pelo Conselho de Administração a criação de duas SPE's para explorar atividade imobiliária em parte das terras da referida controlada. As terras destinadas a constituição da SPE estão registradas a um montante de R\$ 9.339, na rubrica "Estoques" (Nota 8), a valor contábil em 31 de março de 2014.

Conforme determina o CPC 27, a Companhia com apoio de empresa especializada, realizou a revisão da vida útil dos bens do imobilizado (máquinas e veículos agrícolas, equipamentos industriais e edifícios), ajustando as vidas úteis dos respectivos ativos, com consequente mudança nas taxas de depreciação dos mesmos, a partir de 1º de julho de 2013. Essa revisão das vidas úteis reduziu a depreciação no exercício em R\$ 42.316, se comparada com a depreciação que seria obtida se não houvesse tal revisão.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Custo atribuído (Deemed cost)

Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPC 10, a Companhia e determinadas controladas, optaram pela adoção do custo atribuído (deemed cost) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs). Nesse contexto, foi aprovada a nomeação de empresa especializada, bem como o resultado dos trabalhos de revisão das vidas úteis econômicas e dos correspondentes valores de custo atribuído (valor de mercado) para os principais grupos de bens do ativo imobilizado.

As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei°11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1º de abril de 2009 e, por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - Deemed cost".

15 Intangível

		Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Ágio rentabilidade futura (i)	167.335	51.537	167.335	203.270	
Software	15.320	12.348	15.320	12.348	
Amortização acumulada	(7.270)	(5.333)	(7.270)	(5.333)	
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	16.598	19.985	16.598	19.985	
Outros ativos	74		934	387	
	192.057	78.537	192.917	230.657	

- (i) Ágios gerados na incorporação da Mirtilo e do acervo líquido da USL, cujos negócios estão atualmente na Companhia.
- (ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de canade-açúcar (2.281 hectares com prazo de exploração entre 2013 a 2017).



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

					Controladora
		Garan-			
Modalidade	Encargos	tias	Vencimento	2014	2013
Em moeda nacional:	IGP-M+ Juros médios ponderados		Parcelas anuais com vencimentos		
Créditos rurais securitizados	de 4,58% a.a. pagos anualmente	(a)	entre Set/18 a Jul/20	64.807	69.305
	Juros médios ponderados pré-		Parcelas únicas com vencimentos		
Crédito rural	fixados de 5,50% a.a. pagos no		em Abr/14 a Nov/14	32.915	30.556
	vencimento do contrato				
	TJLP trimestral + juros médios		Parcelas mensais com		
Finame / BNDES Automático	ponderados de 3,63% a.a. pagos	(b)	vencimentos entre Abr/14 a	4.581	11.586
	mensalmente		Fev/17		
Einamo / PNIDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 3,61% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a	97.727	60.951
Finalle / BNDE3 Automatico	de 3,61% a.a. pagos mensamente	(C)	Dez/23	97.727	00.931
Outros créditos	Juros pré-fixados de 3,00% a.a		Parcelas anuais com vencimento		
securitizados	pagos anualmente	(d)	final em Mar/27	61	64
Nota de Crédito a	Variação 99,77 % CDI OVER CETIP		Parcelas únicas com vencimentos		
Exportação	pagos nos vencimentos dos	(f)	em Jul/15 e Mai/17	328.880	319.557
Exportação	contratos				
	Taxa pré-fixada de 9,75% a.a. pagos		Parcelas mensais com		
Leasing	mensalmente	(e)	vencimentos entre Abr/14 a	1.867	2.802
	TJLP trimestral + Juros médios		Dez/15 Parcelas mensais com		
FINEM INDIRETO	ponderados de 2,82% a.a. pagos	(b)	vencimentos entre Abr/14 a	46.290	25.399
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	mensalmente	(2)	Abr/23	10.230	25.555
FINEMINDIPETO	Taxa pré-fixada de 5,26% a.a. pagos	(1-)	Parcelas mensais com	120 204	125.016
FINEMINDIRETO	mensalmente	(b)	vencimentos entre Abr/14 a Jan/23	139.304	135.916
	TJLP trimestral + Juros médios		Parcelas mensais com		
FINEM DIRETO	ponderados de 1,40% a.a. pagos	(b)	vencimentos entre Abr/14 a	13.130	15.011
	mensalmente		Mar/21		
PRORENOVA	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,90% a.a. pagos	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a	48.492	45.835
PROREINOVA	mensalmente	(D)	Out/18	46.492	45.655
	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. pagos		Parcelas mensais com		
PRORENOVA	mensalmente	(b)	vencimentos entre Abr/14 a	61.518	
			Nov/19		
Cédula Crédito Bancário	Taxa pré-fixada de 7,70% a.a. pagos	(h)	Parcela única em Abr/14	15.264	
(BNDES PASS)	nos vencimentos	(11)		13.204	
Em moeda estrangeira:	Taura and final and 1 22010/ a a s		Parcelas únicas com vencimentos		
ACC	Taxa pré-fixada de 1,2391% a.a. + Correção do dolar americano pagos		entre Nov/14 e Dez/14	93.403	40.662
nec	no vencimento do contrato		entre NOV/ 14 e De2/ 14	33.403	40.002
Nota de Crédito a	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. +		Pagamentos de juros semestrais		
Exportação	Variação do dolar americano pagos		(Jun e Dez) e principal em Jun/17	229.445	204.244
Exportação	no vencimento do contrato				
	(Libor 6 meses = 0,338172% aa) +		Parcelas semestrais com		
PPE	Fixo = 2,3783% a.a.) = 2,7165% a.a. +	(g)	vencimentos em Mar/15, Jun/15 e	387.846	429.612
	Correção do dolar americano pagos no vencimento do contrato		Set/16		
	Cesta de moedas (Dólar, Euro e		Parcelas mensais com		
FINEM INDIRETO	lene) + taxa média ponderada fixa	(b)	vencimentos entre Abr/14 a	3.453	1.518
	de 7,429% a.a. pagos mensalmente		Abr/23		
Total			•	1.568.983	1.393.018
Passivo circulante				(436.671)	(237.630)
Não circulante			-	1.132.312	1.155.388
ivao circulante			•	1.132.312	1.133.308



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	_	Garan-			
Modalidade	Encargos	tias	Vencimento	2014 Re	2013 eapresentado
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + Juros médios ponderados de 4,58% a.a. pagos anualmente Juros médios ponderados pré-	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/18 a Jul/20 Parcelas únicas com vencimentos	64.807	69.305
Crédito rural	fixados de 5,50% a.a. pagos no vencimento do contrato		em Abr/14 a Nov/14	32.915	30.556
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 3,63% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Fev/17	4.581	11.586
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 3,61% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Dez/23	97.727	60.951
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3,00% a.a	(d)	Parcelas anuais com vencimento final em Mar/27	61	64
Nota de Crédito a Exportação	pagos anualmente Variação 99,77 % CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos dos contratos	(f)	Parcelas únicas com vencimentos em Jul/15 e Mai/17	328.880	319.557
Leasing	Taxa pré-fixada de 9,75% a.a. pagos mensalmente	(e)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Dez/15	1.867	2.802
FINEM INDIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,82% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Abr/23	50.732	29.624
FINEM INDIRETO	Taxa pré-fixada de 5,26% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Jan/23	156.700	155.123
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 1,40% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Mar/21	13.130	15.011
PRORENOVA	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,90% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Out/18	48.492	45.835
PRORENOVA	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Nov/19	61.518	
Cédula Crédito Bancário (BNDES PASS)	Taxa pré-fixada de 7,70% a.a. pagos nos vencimentos	(h)	Parcela única em Abr/14	15.264	
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 1,2391% a.a. + Correção do dolar americano pagos no vencimento do contrato		Parcelas únicas com vencimentos entre Nov/14 e Dez/14	93.403	40.662
Nota de Crédito a Exportação	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. + Variação do dolar americano pagos no vencimento do contrato		Pagamentos de juros semestrais (Jun e Dez) e principal em Jun/17	229.445	204.244
PPE	(Libor 6 meses = 0,338172% aa) + Fixo = 2,3783% a.a.) = 2,7165% a.a. + Correção do dolar americano pagos no vencimento do contrato	(g)	Parcelas semestrais com vencimentos em Mar/15, Jun/15 e Set/16	387.846	429.612
FINEM INDIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e lene) + taxa média ponderada fixa de 7,429% a.a. pagos mensalmente	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Abr/14 a Abr/23	3.453	1.518
Total			•	1.590.821	1.416.450
Passivo circulante				(439.644)	(240.405)
Não circulante			,	1.151.177	1.176.045



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2014, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

Descriç financi	Valor contábil ou contratual	
(-)	Himsters 12 022 had a tarres	402.046
(a)	Hipoteca – 12.022 ha de terras	403.846
(b)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais	45.642
	Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	100.181
	Nota promissória	2.496
	Fiança bancária	15.006
(c)	Alienação fiduciária de equipamentos industriais	164.989
	Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	199.829
	Nota promissória	1.664
(d)	Hipoteca - 69 ha de terras	2.071
(e)	Nota promissória	3.020
(f)	Nota promissória	100.000
(g)	Nota promissória	611.010
(h)	Etanol - 33.000m³	45.210

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2014		
	Controladora	Consolidado	
De 1º/04/2015 a 31/03/2016	376.562	379.505	
De 1º/04/2016 a 31/03/2017	205.897	208.841	
De 1º/04/2017 a 31/03/2018	353.944	356.887	
De 1º/04/2018 a 31/03/2019	66.716	69.659	
De 1º/04/2019 a 31/03/2020	55.332	58.276	
De 1º/04/2020 a 31/12/2023	73.861	78.009	
	1.132.312	1.151.177	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

Com base na Resolução n° 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia, ABV e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, por meio de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,8% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação é registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor dos desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

17 Fornecedores

	C	Controladora	Consolidado			
	2014	2013	2014	2013		
			Rea	Reapresentado		
Cana-de-açúcar	25.904	11.963	25.904	11.698		
Materiais, serviços e outros	40.958	64.352	38.525	65.361		
	66.862	76.315	64.429	77.059		

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre geralmente entre abril e dezembro de cada ano, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

18 Obrigações com a Copersucar

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, mediante Letras de Câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Controladora e Consolidado	2014	2013
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	84.415	86.840
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	69.316	66.958
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de		
encargos	42.682	42.682
Provisão para despesas com processos tributários	11.641	
Total	208.054	196.480
Passivo circulante	(2.040)	(2.040)
Não circulante	206.014	194.440

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia, a SC e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia, a SC e a USL eram cooperadas.

A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia na Cooperativa corresponde a R\$ 149.369. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco de possível perda. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações. Essas autuações ocasionaram em custas processuais e honorários advocatícios para a Companhia em montante estimado pela Administração de R\$ 11.641, que estão registrados no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas, líquidas". A Administração está em discussão/revisão com a Copersucar sobre o valor final a ser indenizado por conta dessas despesas, mas não espera diferença material em relação ao valor provisionado.

19 Tributos parcelados

Controladora e Consolidado	2014	2013
	R	eapresentado
ICMS	1.188	2.143
REFIS - Parcelamento Lei 11.941	50.349	51.712
	51.537	53.855
Passivo circulante	(5.219)	(5.419)
Não circulante	46.318	48.436



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Outros passivos

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
			Re	apresentado
Venda para entrega futura	2.353	2.637	2.353	2.637
Passivo a descoberto de investidas	8.343	8.185	8.343	8.185
Mitsubishi Corporation	4.440	7.572	4.440	7.572
Cooperativa de funcionários	1.225		1.225	
Fretes e carretos	67		67	
Receitas a apropriar		58		58
Outros débitos	867	1.853	1.298	1.853
	17.295	20.305	17.726	20.305
Passivo circulante	17.289	16.393	17.290	16.393
Não circulante	6	3.912	436	3.912

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na Usina Boa Vista S.A. realizada em novembro de 2009 com vencimento final em novembro de 2014.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de março 2014 e de 2013, o capital social é de R\$ 737.200 e R\$ 614.150, respectivamente, e está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, os acionistas aprovaram o aumento de capital no valor de R\$ 123.050 com reserva de orçamento de capital, sem a emissão de novas ações.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ações em tesouraria

Em 13 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o 2º programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação, cancelamento ou utilização para outorga de opção de compra de ações (item (f) abaixo), sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº. 10/80 e nº. 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações deste 2º plano foram realizadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), a preços de mercado, com a intermediação de corretoras.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, não houve recompra de ações, apenas alienação de 109.571 ações em tesouraria, em função de opções de compras exercidas por diretores da Companhia (item (f) abaixo) restando a quantidade de 657.640 ações em tesouraria.

Em 31 de março de 2014, o valor de mercado da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 20.387 (em 31 de março de 2013 - R\$ 21.781).

Ações em tesouraria em 31 de março de 2013 Alienação de ações Ações em tesouraria em 31 de março de 2014

Qde	Preço médio de aquisição*	Montante total
767.211	18,00	13.811
(109.571)	18,00	(1.972)
657.640	18,00	11.839

^{*} inclui custos adicionais na aquisição - em reais

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 14(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva legal e para Orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A reserva para orçamento de capital refere-se à retenção do saldo de lucros acumulados com objetivo de fazer face aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos, conforme orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas.

Em 31 de março de 2014, a administração está propondo nova destinação para essa reserva, com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, também a ser aprovado, juntamente com o correspondente plano de investimentos, na próxima Assembleia Geral dos Acionistas. Adicionalmente, a administração está propondo a capitalização do valor destinado para esta reserva nos anos anteriores, o que deverá ser aprovado oportunamente em Assembleia, uma vez que os correspondentes investimentos já foram realizados.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 12.674 (R\$ 0,112930 por ação),



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.000 (R\$ 0,267302 por ação) sobre o resultado do exercício findo em 31 de março de 2013.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	135.001	72.950
Constituição de reserva legal - 5%	(6.750)	(3.647)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	128.251	69.303
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 0,2854 por ação)	32.063	17.326

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2014, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.342 (R\$ 0,0741 por ação) a ser ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de março de 2009 foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aos diretores da Companhia, respeitados os limites por ela estabelecidos, outorgou ao Conselho de Administração a gestão do plano. O número total de ações ordinárias que poderão ser objeto de outorga de opções não excederá 2% do total de ações da Companhia e não poderá ultrapassar o limite máximo anual de 0,5% do total de ações do capital social (558.938 ações).

2º Plano - Em 28 de novembro de 2011, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 140.400 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 19,31 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2018. Os valores justos das opções foram de R\$ 3,20, R\$ 4,95 e R\$ 6,41 respectivamente para cada ano de opção.

3º Plano - Em 12 de dezembro de 2011, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 418.538 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 18,49 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2018. Os valores justos das opções foram de R\$ 4,98, R\$ 6,38 e R\$ 7,56 respectivamente para cada ano de opção.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4º Plano - Em 17 de dezembro de 2012, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 391.726 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 25,11 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2019. Os valores justos das opções foram de R\$ 6,86, R\$ 7,51 e R\$ 7,86 respectivamente para cada ano de opção.

5º Plano - Em 16 de dezembro de 2013, foram outorgadas aos executivos opções de compra de 380.812 ações da Companhia, ao preço de exercício de R\$ 27,40 por ação. As opções poderão ser exercidas em três momentos: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite até 2020. Os valores justos das opções foram de R\$ 8,47, R\$ 8,99 e R\$ 9,46 respectivamente para cada ano de opção.

O valor justo atribuído a estas opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

No exercício findo em 31 de março de 2014, foram exercidas opções de compra de 109.571 ações pelo valor de R\$ 2.059.

A movimentação das opções de ações em circulação, no exercício findo em 31 de março de 2014, está demonstrada a seguir:

2º Plano	3º Plano	4º Plano	5º Plano	Total
140.400	418.538	391.726	380.812	1.331.476
(80.778)	(69.182)			(149.960)
59.622	349.356	391.726	380.812	1.181.516
19.31	18.49	25.11	27.40	23,60
	140.400 (80.778) 59.622	140.400 418.538 (80.778) (69.182) 59.622 349.356	140.400 418.538 391.726 (80.778) (69.182) 59.622 349.356 391.726	140.400 418.538 391.726 380.812 (80.778) (69.182) 391.726 380.812 59.622 349.356 391.726 380.812

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no exercício uma despesa de R\$ 2.297 (2013 - R\$ 1.876) com opções de ações.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Plano de benefícios a empregados e administradores

A Companhia possui plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida.

A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte das empresas.

O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foram de R\$ 1.517 e R\$ 1.507, respectivamente, na controladora.

23 Programa de participação nos lucros e resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia implementou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e os colaboradores, por meio dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 28.261 e R\$ 24.090, respectivamente, na controladora.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

Controladora	2014	2013
Ativo circulante - Antecipações		
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	33.473	33.329
No passivo não circulante Créditos diferidos		
. Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	11.683	15.477
. Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.279	5.645
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Provisão para contingências	13.803	14.956
. Instrumentos financeiros derivativos	54.077	19.689
. Participação de empregados no resultado e bônus	1.018	3.385
. Provisão para outras obrigações	3.958	
. Outros	1.411	817
	90.229	59.969
Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(262.165)	(295.548)
. Depreciação acelerada incentivada	(182.609)	(150.660)
. Financiamentos securitizados	(17.414)	(15.886)
. Benefício fiscal sobre ágio	(17.862)	(16.166)
. Ajuste a valor presente	(4.561)	(5.793)
. Instrumentos financeiros derivativos	(352)	(26.341)
. Ativos biológicos e produto agrícola (variação para o valor		
justo)	(3.684)	(10.257)
. Variação cambial	(41.289)	(16.465)
. Outros	(1.010)	(18)
	(530.946)	(537.134)
Passivo não circulante	(440.717)	(477.165)



Consolidado	2014	2013
	Rea	apresentado
No ativo circulante - Antecipações		
. Imposto de renda e contribuição social, a compensar	34.237	33.370
No passivo circulante - Débitos correntes		
. Imposto de renda e cotribuição social, a pagar	611	314
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Créditos diferidos		
. Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	11.683	15.477
. Contribuição social sobre base negativa acumulada	4.279	5.645
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Provisão para contingências	13.803	14.956
. Instrumentos financeiros derivativos	54.077	14.584
. Participação de empregados no resultado e bônus	1.018	3.385
. Provisão para outras obrigações	3.958	
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor jus	sto)	6.967
. Outros	1.411	816
	90.229	61.830
Débitos diferidos		
Tributos sobre diferenças temporárias de:		
. Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(629.327)	(647.251)
. Depreciação acelerada incentivada	(182.609)	(150.660)
. Financiamentos securitizados	(17.414)	(15.886)
. Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(17.862)	(16.166)
. Ajuste a valor presente	(4.561)	(5.793)
. Instrumentos financeiros derivativos	(352)	(21.235)
. Ativos biológicos e Produto agrícola (variação para o valor jus	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(10.257)
. Variação cambial	(41.289)	(16.465)
. Outros	(1.011)	(17)
	(898.109)	(883.730)
	(807.880)	(821.900)
Ativo não circulante		(6.968)
Passivo não circulante	(807.880)	(828.868)
1 d35140 filed circulatific	(007.000)	(020.000)



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado a mesma autoridade fiscal.

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado do Grupo que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

Controladora e consolidado	Valor estimado
Exercícios findos em:	de realização
2015	32.843
2016	15.607
2017	14.608
2018	21.451
2019	3.065
2020 em diante	2.655
	90.229

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais valia de terras, que serão realizados se alienados. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Co	onsolidado
	2014 2013		2014	2013
Lucro antes dos impostos Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	189.017 (64.266)	113.916 (38.731)	188.561 (64.111)	115.418 (39.242)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva: . Equivalência patrimonial	16.040	4.702	(5.591)	(8.057)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido Incentivos fiscais	(5.912) 122	(7.329)	(5.912) 21.932 122	(7.329) 11.768 392
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(54.016)	(40.966)	(53.560)	(42.468)
Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social correntes	(48.909) (5.107)	(40.966)	(44.642) (8.918)	(40.557) (1.911)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	28,6%	36,0%	28,4%	36,8%

(c) Lei 12.973/14 – Conversão da MP 627/13

Em 14 de maio de 2014, a Medida Provisória 627 foi convertida na Lei 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que podem advir da aplicação dessa nova Lei e concluiu que não haverá efeitos materiais nas suas Demonstrações Financeiras, portanto está avaliando a adoção das medidas para o exercício fiscal de 2014.

25 Compromissos

O Grupo estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

O Grupo possui áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal".

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da canade-açúcar. O Grupo não promove qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia possui áreas já regularizadas à legislação vigente (Novo Código Florestal) ou em processo de regularização conforme os prazos fixados pela legislação em vigor, não estando, portanto, inadimplente quanto a esse compromisso.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado do Grupo.

25.2 Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

25.3 Avais concedidos

Adicionalmente, a Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 517.190.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4 Fornecimento de Energia Elétrica

A Companhia e a SME mantêm compromissos de comercialização do excedente de sua produção por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) tanto no mercado regulado (leilões), quanto no mercado livre (contratos de venda com terceiros).

26 Provisão para contingências

26.1 Perdas prováveis

O Grupo, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora e consolidado (reapresentado)					
	2013	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	2014
Tributários	5.034	75	(1.293)	(32)	130	3.914
Cíveis e ambientais	13.588	1.882		(2.096)	2.651	16.025
Trabalhistas	41.549	25.572	(9.390)	(25.491)	4.470	36.710
Total	60.171	27.529	(10.683)	(27.619)	7.251	56.649
Depósitos Judiciais	35.654	16.849		(21.223)	689	31.969

Em 31 de março de 2014, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pelo Grupo, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (b) honorários ad exitum a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queima de palha de cana-de-açúcar; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

26.2 Perdas possíveis (passivo contingente)

O Grupo é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível (passivo contingente). A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Processos tributários:

Cons	olidado					
		Nº de	Adminis-	1º Instância	Tribunal	
Natu	reza	processos	trativa	judicial	inferior	Total
(i)	Contribuição previdenciária	14	115.022		13.610	128.632
(ii)	Apuração de IRPJ/CSLL	7	114.048			114.048
(iii)	Saldo negativo IRPJ	3	538			538
	Saldo negativo CSLL	5	885			885
	Compensação créditos PIS	5	4.870		2.277	7.147
	Compensação créditos COFINS	1				
	Compensação tributos federais	1	254			254
(iv)	Outros processos tributários	28	17.449	1.666	410	19.525
		64	253.066	1.666	16.297	271.029

(i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes do benefício da depreciação acelerada incentivada.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento das manifestações de inconformidade/recursos voluntários.
- (iv) Os processos tratam da discussão envolvendo outros processos tributários como, por exemplo, contribuição para o SENAI, taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral DNPM etc., e que a classificação de risco de perda é "possível".

Processos cíveis e ambientais:

Consolidado			Instância					
Natureza	Nº de processos	Adminis- trativa	1º Instância judicial					
Ambientais	22	4.021	2.174	240		6.435		
Cíveis								
Indenizatórias	37		8.931	187	30	9.148		
Revisão de contratos Retificação de área e registro	3		11			11		
imobiliário	2							
Alvarás para obtenção licença de								
pesquisa mineira	6							
	70	4.021	11.116	427	30	15.594		

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver outros riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como "mantidos para negociação" e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do exercício, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de hedge. A utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de hedge (hedge accounting) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2014/2015 e 2015/2016 e foram classificados como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras). Os derivativos designados para contabilidade de hedge estão registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de hedge são classificadas na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido (conforme "Demonstração de resultado abrangente"), líquidas de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica "Receita líquida de vendas" quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Para os hedges de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes hedges são realizados mediante contratação de "Termos de Moeda" (*NDFs*) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha.

Para os hedges de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lorque - Intercontinental Exchange (*ICE Futures US*) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão.

Em 31 de março de 2014 e de 2013, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

					2014
		Valor/		Valor de	Valor justo
		Volume	Preço/taxa	referência	(Fair value)
Controladora e Consolidado Ven	cimento	contratado	média	(Nocional) - R\$	- R\$
No ativo circulante - Ganho / (Perda)					
Depósito de margem					28.673
Contratos a Termo de Mercadoria - Sugar #11 - B	alcão	Ton	Cts USD/lb		
. Compromisso de venda	•	2.540	18,70	2.370	65
j	unho-14	2.540	18,70	2.370	65
Contratos de Opções Flexíveis de Moeda - Dólai	,	USD (.000)	R\$/USD		
. Posição Titular de Opções de Compra (Calls	;	3.704	2,3586	8.736	9
	, unho-14	3.704	2,3586	8.736	9
,			_,	555	-
. Posição Titular de Opções de Venda (Puts)		52.086	2,4586	128.058	6.009
j	unho-14	7.210	2,4541	17.694	905
	julho-14	19.610	2,4133	47.324	1.886
a	gosto-14	13.216	2,4875	32.875	1.671
ou [*]	tubro-14	1.680	2,4723	4.153	171
nove	mbro-14	5.500	2,4599	13.529	605
r	narço-15	4.870	2,5633	12.483	771
. Posição Lançadora de Opções de Compra (C	alls)	50.580	2,4607	128.058	(1.203)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	unho-14	5.704	2,4657	17.694	(20)
·	julho-14	19.610	2,4150	47.324	(308)
a	gosto-14	13.216	2,4875	32.875	(191)
ou [,]	tubro-14	1.680	2,4723	4.153	(51)
nove	mbro-14	5.500	2,4599	13.529	(283)
r	narço-15	4.870	2,5633	12.483	(350)
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE					33.553



					2014
		Valor/		Valor de	Valor justo
		Volume	Preço/taxa	referência	(Fair value)
Controladora e Consolidado	Vencimento	contratado	média	(Nocional) - R\$	- R\$
No passivo circulante - (Ganho) / Perda					
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #	11 - Bolsa	Ton	Cts USD/Ib		
. Compromisso de venda		416.611	17,37	361.067	15.115
·	abril-14	130.607	17,41	113.463	1.841
	junho-14	188.976	17,29	163.028	7.298
	setembro-14	72.898	17,39	63.255	4.218
	fevereiro-15	24.130	17,71	21.321	1.758
. Compromisso de compra		6.350	16,73	5.298	(345)
	abril-14	5.842	16,74	4.880	(299)
	junho-14	254	16,29	206	(23)
	setembro-14	254	16,75	212	(23)
Contratos de Opções de Mercadoria - Suga	ar #11 - Bolsa	Ton	Cts USD/Ib		
. Posição titular de opções de compra (Calls)	27.940	19,18	26.739	(1.363)
	abril-14	10.160	18,00	9.124	(456)
	junho-14	7.620	21,00	7.984	(76)
	fevereiro-15	10.160	19,00	9.631	(831)
. Posição titular de opções de venda (P	uts)	120.904	17,25	104.056	(3.328)
	abril-14	10.160	17,63	8.934	(150)
	junho-14	52.324	17,59	45.920	(1.640)
	setembro-14	48.260	16,91	40.711	(1.274)
	fevereiro-15	10.160	16,75	8.491	(264)
. Posição lançadora de opções de comp	ra (Calls)	178.308	19,07	169.609	8.437
	abril-14	20.320	18,63	18.882	271
	junho-14	69.088	19,53	67.308	1.613
	setembro-14	43.180	18,19	39.191	3.109
	fevereiro-15	45.720	19,39	44.228	3.444
. Posição lançadora de opções de vend	a (Puts)	29.210	16,83	24.522	623
	junho-14	13.970	17,18	11.976	319
	setembro-14	15.240	16,50	12.546	304
Contratos futuros de mercadoria - Etanol	- Bolsa	m³	R\$/m³		
. Compromisso de venda		9.000	1.150,08	10.351	15
	maio-14	2.700	1.151,94	3.110	28
	junho-14	3.600	1.150,00	4.140	7
	julho-14	2.700	1.148,33	3.101	(20)



					2014
Controladora e Consolidado Vencime		Valor/ /olume tratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - (Ganho) / Perda (continuação	<u>)</u>				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	USD	(.000)	R\$/USD		
. Compromisso de venda	1	50.531	2,3245	349.908	3.763
abril	-14	20.079	2,2722	45.623	(184)
maio	-14	15.000	2,2313	33.469	798
junho	-14	18.434	2,3630	43.559	(1.081)
julho	-14	13.024	2,3156	30.158	66
agosto	-14	30.946	2,2890	70.835	1.580
setembro	-14	16.757	2,3069	38.657	858
outubro	-14	8.965	2,5024	22.434	(1.047)
novembro	-14	9.956	2,4755	24.646	(708)
dezembro	-14	234	2,3895	559	6
janeiro	-15	234	2,4045	563	7
fevereiro	-15	234	2,4210	567	8
março	-15	1.554	2,6434	4.108	(238)
abril	-15	234	2,4505	573	10
agosto	-15	14.880	2,2955	34.157	3.688
. Compromisso de compra		 17.972	2,3699	42.592	1.921
abril	-14	17.972	2,3699	42.592	1.921
Contratos de Swap - Juros - Balcão	LIST	(.000)	Ativo	Passivo	31.560
novembro		49.914	USD + 1,2%	95,5% do CDI	2.974
dezembro		47.920	USD + 1,3%	95,7% do CDI	3.033
março		91.280	Libor 6M + 3%	3,85%	331
junho		37.355	Libor 6M + 1,5%	2,36%	412
setembro		83.140	Libor 6M + 2,5%	3,60%	1.531
maio		65.736	100% CDI	USD + 5%	23.279
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE					56.398



				2013-Rea	apresentado
		Valor/		Valor de	Valor justo
		Volume	Preço/taxa	referência	(Fair value)
Controladora e Consolidado	Vencimento	contratado	média	(Nocional) - R\$	- R\$
No ativo circulante - Ganho / (Perda)					
Contratos a Termo de Mercadoria - Sugar	#11 - Balcão	Ton	Cts USD/Ib		
. Compromisso de venda		150.368	20,98	140.422	20.787
	abril-13	32.258	21,03	30.196	4.812
	junho-13	61.214	20,98	57.153	8.908
	setembro-13	56.896	20,96	53.073	7.067
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #	11 - Bolsa	Ton	Cts USD/lb		
. Compromisso de venda		354.483	20,25	358.205	36.274
	abril-13	102.718	19,71	101.020	8.833
	junho-13	141.326	20,18	142.261	14.448
	setembro-13	103.581	20,86	107.801	12.455
	fevereiro-14	6.858	20,82	7.123	538
. Compromisso de compra		15.291	18,74	14.296	(681)
	abril-13	7.163	18,83	6.730	(373)
	junho-13	6.299	18,56	5.833	(240)
	setembro-13	1.829	18,99	1.733	(68)
Contratos de Opções de Mercadoria - Sug	ar #11 - Bolsa	Ton	Cts USD/lb		
. Posição titular de opções de compra (Calls)	20.574	24,95	22.791	9
	abril-13	20.574	24,95	22.791	9
. Posição titular de opções de venda (P	uts)	98.298	19,26	84.044	7.382
	abril-13	39.624	19,27	33.902	2.922
	junho-13	34.544	19,38	29.730	2.886
	setembro-13	19.050	19,07	16.127	1.283
	fevereiro-14	5.080	19,00	4.285	291
. Posição lançadora de opções de comp	ora (Calls)	148.336	22,20	146.221	(540)
	abril-13	61.468	22,16	60.480	(27)
	junho-13	51.308	22,37	50.951	(101)
	setembro-13	30.480	22,21	30.054	(259)
	fevereiro-14	5.080	21,00	4.736	(153)
. Posição lançadora de opções de vend	a (Puts)	10.160	19,13	8.627	(834)
	abril-13	3.810	20,00	3.383	(398)
	junho-13	3.810	20,00	3.383	(406)
	setembro-13	2.540	16,50	1.861	(30)



	2013-Reap					
Controladora e Consolidado	Vencimento	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média		Valor justo (Fair value) - R\$	
No ativo circulante - Ganho / (Perda) (conti	nuação <u>)</u>					
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar	- Balcão	USD (.000)	R\$/USD			
. Compromisso de venda		403.316	2,1018	847.691	16.835	
	abril-13	44.272	1,8663	82.626	1.451	
	maio-13	33.940	2,0681	70.192	1.335	
	junho-13	8.550	2,0935	17.898	471	
	julho-13	52.481	2,0943	109.912	2.441	
	agosto-13	68.174	2,1059	143.569	3.378	
	setembro-13	30.490	2,1275	64.866	1.723	
	outubro-13	36.462	2,1405	78.047	2.122	
ı	novembro-13	33.653	2,1446	72.172	1.691	
	dezembro-13	24.440	2,1651	52.915	1.454	
	janeiro-14	24.298	2,1724	52.784	1.346	
	fevereiro-14	12.618	2,1705	27.387	542	
	março-14	1.317	2,1476	2.829	14	
	abril-14	1.745	2,1571	3.765	18	
	maio-14	1.116	2,1677	2.419	11	
	agosto-14	14.880	2,1608	32.153	(446)	
	agosto-15	14.880	2,2955	34.157	(716)	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE					79.232	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013-Reapresentado						
Controladora e Consolidado	Vencimento	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$		
Depósito de margem					3.319		
No passivo circulante - (Ganho) / Perda							
Contratos futuros de mercadoria - Etanol -	Bolsa	m³	R\$/m³				
. Compromisso de venda		900	1.210,00	1.089	2		
	março-13	900	1.210,00	1.089	2		
Contratos de Swap - Juros - Balcão		USD (.000)	Ativo	Passivo	10.976		
	abril-13	10.000	USD + 0,9%	93,8% do CDI	(147)		
	maio-13	10.000	USD + 1,2%	94,2% do CDI	193		
	março-15	50.000	Libor 6M + 3,0%	USD + 3,85%	578		
	junho-15	75.000	Libor 6M + 1,5%	USD + 2,36%	766		
	setembro-16	100.000	Libor 6M + 2,5%	USD + 3,6%	2.730		
	maio-17	80.000	CDI	USD + 5%	6.856		
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE					14.297		

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de Administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo quatro segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica; e
- (iv) Outros produtos.

No segmento de "Outros produtos" (iv) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de ácido ribonucléico (sal sódico) e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

A administração decidiu, em função do aumento da receita proveniente da cogeração de energia, fruto de investimentos efetuados em exercícios anteriores, efetuar a apresentação desse segmento de forma segregada dos demais, refletindo também a forma segregada de gestão que vem sendo realizada pela administração. Consequentemente, a informação por segmento de 31 de março de 2013, apresentada para fins de comparação, está sendo reapresentada.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes:



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado consolidado por segmento

Exercício findo em 31 de março de 2014						
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita líquida Custo dos produtos vendidos Ajuste valor mercado do canavial	796.177 (539.578)	553.816 (400.899)	35.841 (10.798)	147.841 (138.696)	915	1.533.675 (1.089.971) 915
Lucro bruto	256.599	152.917	25.043	9.145	915	444.619
Margem bruta Despesas com vendas Demais despesas operacionais	32,2% (54.054)	27,6% (18.998)	69,9% (610)	6,2% (231)	(126.892)	29,0% (73.893) (126.892)
Lucro operacional	202.545	133.919	24.433	8.914	(125.977)	243.834
Margem Operacional Despesas financeiras, líquidas Variações cambiais, liquidas	25,4%	24,2%	68,2%	6,0%	(75.110) 19.837	15,9% (75.110) 19.837
Lucro antes dos tributos					(181.250)	188.561
Imposto de renda e contribuição social					(53.560)	(53.560)
Lucro liquido do período					(234.810)	135.001

Exercício findo em 31 de março de 2013 - Reapresentado							
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Outros produtos	Não segmentado	Total	
Receita líquida Custo dos produtos vendidos Ajuste valor mercado do canavial	855.022 (557.068)	367.676 (331.746)	3.061 (2.049)	65.731 (52.251)	13.394	1.291.490 (943.114) 13.394	
Lucro bruto	297.954	35.930	1.012	13.480	13.394	361.770	
Margem bruta	34,8%	9,8%	33,1%	20,5%		28,0%	
Despesas com vendas Demais despesas operacionais	(50.766)	(8.686)	(83)	(244)	(123.058)	(59.779) (123.058)	
Lucro operacional	247.188	27.244	929	13.236	(109.664)	178.933	
Margem Operacional Despesas financeiras, líquidas Variações cambiais, liquidas	28,9%	7,4%	30,3%	20,1%	(49.716) (13.799)	13,9% (49.716) (13.799)	
Lucro antes dos tributos					(173.179)	115.418	
Imposto de renda e contribuição social				_	(42.468)	(42.468)	
Lucro liquido do período				=	(215.647)	72.950	



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais do Grupo foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

Em 31 de março de 2014					
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Outros produtos	Total
Contas a receber de clientes	16.753	27.193		29.752	73.698
Estoques	57.160	49.934		18.354	125.448
Ativos biológicos	359.807	236.502			596.309
Imobilizado	1.591.446	1.046.057	67.800	12.488	2.717.791
Intangível	116.404	76.513			192.917
Total de ativos alocados	2.141.570	1.436.199	67.800	60.594	3.706.163
Demais ativos não alocados					1.332.233
Total	2.141.570	1.436.199	67.800	60.594	5.038.396

Em 31 de março de 2013 - Reapresentado					
			Energia	Outros	
	Açúcar	Etanol	Elétrica	produtos	Total
Contas a receber de clientes	17.233	20.885	123	13.498	51.739
Estoques	49.569	57.058		8.072	114.699
Ativos biológicos	300.757	243.410			544.167
Imobilizado	1.423.873	1.152.373	29.136	21.747	2.627.129
Intangível	130.095	100.562			230.657
Total de ativos alocados	1.921.527	1.574.288	29.259	43.317	3.568.391
Demais ativos não alocados					1.354.924
Total	1.921.527	1.574.288	29.259	43.317	4.923.315

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Receitas

	С	ontroladora	(Consolidado
	2014	2013	2014	2013
			Re	apresentado
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	566.579	407.157	605.004	409.797
Mercado externo	953.089	909.963	953.089	909.963
Resultado com derivativos	25.770	20.287	25.770	20.287
	1.545.438	1.337.407	1.583.863	1.340.047
Impostos, contribuições e deduções				
sobre vendas	(47.431)	(48.464)	(50.188)	(48.557)
	1.498.007	1.288.943	1.533.675	1.291.490

30 Custos e despesas por natureza

A demonstração de resultado do Grupo é classificada por função. A reconciliação por natureza/finalidade conforme requerido pelas práticas contábeis é como segue:

	Controladora		Consolidado	
Custos e despesas por natureza:	2014	2013	2014	2013
			F	Reapresentado
Matéria prima e materiais de uso e consumo	497.731	454.600	461.099	421.403
Despesas com pessoal	193.394	151.829	193.518	152.662
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos				
colhidos)	304.898	328.739	306.089	329.261
Peças e serviços de manutenção	44.109	28.277	44.134	28.559
Serviços de terceiros	117.465	86.718	117.527	86.867
Contencioso	16.903	14.846	16.903	14.845
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(915)	(13.377)	(915)	(13.377)
Materiais para revenda (i)	71.301	17.390	75.410	15.058
Venda de terras			13.232	
Outras despesas	55.364	58.025	49.505	56.315
	1.300.250	1.127.047	1.276.502	1.091.593



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
Classificadas como:	2014	2013	2014	2013
				Reapresentado
Custo dos produtos vendidos	1.113.811	965.185	1.089.056	929.720
Despesas com vendas	73.629	59.779	73.893	59.779
Despesas gerais e administrativas	112.810	102.083	113.553	102.094
	1.300.250	1.127.047	1.276.502	1.091.593

(i) Em 2014, principalmente cana-de-açúcar vendida.

31 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
	Reapresentado			presentado
Resultado na venda de imobilizado	2.906	57	2.902	56
Resultado na venda de sucata	909	893	909	893
Contrato folha de pagamento	58	700	58	700
Arrendamentos	(203)		(203)	
Indenizações de contratos de parceria agrícola	4.207	591	4.207	591
Indenizações por quebra de contrato	4.076		4.076	
Cessão de direito para exploração de solo	1.313		1.313	
Ganho na venda de argila	965	1.037	965	1.037
Ganho na compra de títulos da dívida agrária	308	308	308	308
Ganho na venda de soja		501		501
Receita de servidão de passagem			604	
Recuperação fiscal (INSS)		364		364
Provisão de despesas com contingências - Copersucar	(11.641)		(11.641)	
Comissões		(1.876)		(1.876)
Outros	(375)	156	(393)	158
	2.523	2.731	3.105	2.732



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	27.216	31.968	31.368	33.705
Comissão de fiança bancária	3.189	3.017	3.189	3.017
Outras receitas	410	1.344	414	1.343
	30.815	36.329	34.971	38.065
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(8.462)	(14.496)	(8.462)	(14.496)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.035)	(52.918)	(75.016)	(52.918)
Encargos sobre obrigações com a Coopersucar	(7.880)	(7.540)	(7.880)	(7.540)
Juros pagos e auferidos	(6.362)	(4.420)	(6.365)	(4.421)
Comissão de fiança bancária	(1.980)	(720)	(1.980)	(720)
Encargos sobre provisões para contingências	(7.194)	(6.508)	(7.194)	(6.508)
Outras despesas	(3.177)	(467)	(3.184)	(1.178)
	(109.090)	(87.069)	(110.081)	(87.781)
Variação cambial e monetária líquida				
Disponibilidades	26.075	553	26.075	553
Clientes e fornecedores	7.207	2.728	7.205	2.728
Empréstimos e financiamentos	169	(3.825)	171	(3.825)
	33.451	(544)	33.451	(544)
Derivativos - não designados para hedge accouting				
Resultado com operações de açúcar	(2.057)	(3.576)	(2.057)	(3.576)
Resultado com operações de etanol	(1.538)	75	(1.538)	75
Resultado com operações de câmbio	(6.548)	(9.382)	(6.548)	(9.382)
Resultado com SWAP	(5.995)	291	(5.995)	291
Custo com transações em bolsa	(627)	(826)	(627)	(826)
Variação cambial, líquida	3.151	163	3.151	163
	(13.614)	(13.255)	(13.614)	(13.255)
Resultado líquido	(58.438)	(64.539)	(55.273)	(63.515)



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2014	2013
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia Média ponderada do número de ações ordinárias no	135.001	72.950
exercício - lotes de mil	112.243	112.217
Lucro básico por ação (em reais)	1,2028	0,6501

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui opções de compra de ações ordinárias com potencial de diluição.

	2014	2013
Lucro do exercício usado para determinar o lucro diluído por ação	135.001	72.950
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para		
o lucro diluído por ação - lotes de mil	112.485	112.367
Lucro diluído por ação (em reais)	1,2002	0,6492



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Cobertura de seguros

O Grupo mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2014 são:

Controladora e consolidado Riscos cobertos	Cobertura máxima (*)
Responsabilidade civil	1.230.020
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	413.800
Roubo ou furto	204.164
Outras coberturas	95.597
Danos elétricos	32.961
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	8.500

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

35 Aquisição de participação societária – contas a pagar

	Mirtilo
Contraprestação total	196.500
Pagamento realizado em 14 de março de 2013	(176.850)
Pagamento realizado em 31 de março de 2014	(9.825)
Atualização monetária	900
Passivo circulante	10.725



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No ato da aquisição da Mirtilo, a Companhia realizou o pagamento de 90% da contraprestação.

O restante foi parcialmente quitado em março de 2014 e será totalmente liquidado em março de 2015. Esse montante é atualizado monetariamente.

36 Eventos subsequentes

A reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2014 aprovou a aquisição de mais 3,90% da participação acionária da SC. O valor da contraprestação é de R\$ 15.345, que serão pagos em três parcelas anuais de R\$ 5.115, sendo uma no fechamento da operação e as outras duas nos anos seguintes, corrigidas pela poupança. O fechamento dessa operação ocorreu em 1º de abril de 2014, com o pagamento da primeira parcela e a transferência das ações, passando dos atuais 32,18% para 36,09%.

Em 5 de maio de 2014, o Conselho de Administração aprovou o memorando de entendimentos com a Luiz Ometto Participações S.A. ("LOP") e demais acionistas controladores pessoas físicas ("PF's") da SC para, concomitantemente: (*i*) adquirir de LOP e PF's participação societária adicional na SC, passando de 36,09% para 92,14% do capital social da SC; (*ii*) vender a totalidade de suas ações da ABV para a LOP; e (*iii*) e celebrar contrato de arrendamento de cana-de-açúcar entre a SC e a ABV, por um período de 20 anos.

Em fato relevante divulgado na mesma data, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado as seguintes informações sobre a operação:

- (a) A Companhia comprará participação de 56,05% do capital social da SC (incluindo terras) detidos por LOP e Pessoas Físicas, pelo valor de R\$ 315,8 milhões. O pagamento dar-se-á em 10 anos, corrigido pelo CDI;
- (b) Alienação pela Companhia de 34,29% do capital social da ABV à LOP, pelo valor de R\$ 195,9 milhões. O pagamento dar-se-á em 10 anos corrigido pelo CDI;
- (c) Celebração pela SC de contrato de arrendamento com a ABV pelo prazo de 20 anos.

101 de 102



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando a possibilidade de compensação dos valores descritos nos itens (a) e (b) acima, o montante final a ser desembolsado pela Companhia corresponderá a R\$ 119,9 milhões, a serem pagos em 10 anos, corrigido pelo CDI.

Assunção pela Companhia na qualidade de acionista controlador da SC, de dívida líquida da SC e Bio, no montante de R\$ 365,4 milhões (R\$ 651,9 milhões x 56,05%).

* * *